



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
SÃO PAULO – IFSP CAMPUS SÃO PAULO

IVO GIANFALDONI

QUALIDADE DE VIDA NO CURRÍCULO DA FORMAÇÃO DOCENTE

IFSP
SÃO PAULO
S.P. 2016

AUTOR: IVO GIANFALDONI

QUALIDADE DE VIDA NO CURRÍCULO DA FORMAÇÃO DOCENTE.

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação *stricto sensu* em ensino de ciências e de matemática, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em ensino de ciências e de matemática, orientado pela Profa. Dra. Diva Valério Novaes.

INSTITUIÇÃO: IFSP – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

IFSP
SÃO PAULO

G367q

Gianfaldoni, Ivo.

Qualidade de vida no currículo da formação docente / Ivo
Gianfaldoni. São Paulo: [s.n.], 2016.
121f.

Orientadora: Prof^a. Dra. Diva Valério Novaes.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e
Matemática) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
de São Paulo, IFSP, 2016.

1. Ações afirmativas 2. Ações ambientais 3. Formação de
professores 4. Cidadania 5. Qualidade de vida I.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

II. Título

CDU 370.0

QUALIDADE DE VIDA NO CURRÍCULO DA FORMAÇÃO DOCENTE.

Dissertação apresentada em 1º de setembro de 2016, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências e de Matemática, orientado pela Profa. Dra. Diva Valério Novaes.

Composição da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Diva Valério Novaes

IFSP- CAMPUS SÃO PAULO

Orientadora e Presidente da Banca

Prof. Dr. Gustavo Isaac Killner

IFSP- CAMPUS SÃO PAULO

Membro Interno do Programa

Profa. Dra. Célia Carolino Pires

PUC- SÃO PAULO

Membro Externo

*...”Senhor: Tua palavra é um luzeiro para os meus passos, uma luz que ilumina os meus caminhos”...
(Salmo 119).*

Aos Meus Pais

Luix (In Memoriam) e Izabel

AGRADECIMENTOS:

- A Deus primeiramente pelo dom da vida.
- Aos meus pais, Luiz (*in memoriam*) e Izabel, que me educaram e apoiaram em tudo; e em especial à minha mãe que mesmo aos 93 anos me incentivou neste trabalho sempre preocupada, otimista que tudo daria certo, obrigado mamãe.
- À minha esposa, Roseli, dedicada e solícita quando me dedicando a este trabalho muitas vezes se desdobrou nos cuidados domésticos.
- Ao meu filho, João Pedro, mesmo sem entender o que era o mestrado, procurava encorajar-me ao seu modo.
- Aos meus familiares e amigos, que me incentivaram a abraçar mesmo já com meus cabelos grisalhos, esta etapa acadêmica.
- À minha orientadora Diva, que me transformou de uma pedra bruta no que hoje sou, e a quem agradeço pela dedicação e cuidados às vezes maternos.
- Aos professores do mestrado pela atenção e dedicação.
- A Janice, minha comadre, a Vitoria, minha afilhada e a Juliana, pelas colaborações.
- Aos professores que compuseram a banca que com suas admoestações carinhosas, auxiliaram-me a entender o que deveria ser corrigido de maneira cordial e afetuosa.
- Aos amigos do mestrado, que inicialmente estranhos vindos de lugares diferentes, foram se transformando numa verdadeira família, preocupando-se um para com todos, que Deus os abençoe e lhes possa proporcionar um futuro brilhante.

RESUMO

Neste trabalho, propusemos um projeto que possa ser trabalhado interdisciplinarmente em todos os seis cursos de formação de professores, oferecidos em uma instituição pública. Defendemos que é tarefa da formação de professores, oferecer preparo que favoreça a manutenção da saúde física e mental, do professor no exercício da docência. De maneira recíproca, a qualidade de vida dos alunos interfere na qualidade da aprendizagem. O grande número de professores desmotivados ou com a saúde debilitada, como largamente divulgado em pesquisas nacionais e internacionais, dá relevância para este estudo. A tarefa da formação de professores na Educação Básica comprometida com o preparo do aluno para o exercício da cidadania, como consta na lei 9394/1996 (LDB) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais: Para a Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental e Educação das Relações Étnico-Raciais, convergem para a compreensão de que oferecer plena formação ao indivíduo, tem associações com a saúde e bem-estar dos professores e alunos. Estabelecemos uma discussão à luz de autores que discutem Qualidade de Vida, psicopatologia do trabalho, formação de professores e a profissão docente. Assim, esta pesquisa é bibliográfica e documental. Buscamos responder a seguinte questão: Como desenvolver um Projeto de Ensino nos cursos de Formação de Professores, para discutir a Qualidade de Vida no exercício docente? Definimos um grupo de temas apontados como importantes, em pesquisa bibliográfica entre os quais se inclui a legislação educacional. Realizamos uma pesquisa no currículo destes cursos para verificar quais temas eram ou não trabalhados. Identificamos que alguns destes temas eram bem trabalhados em determinado curso, mas não em outros. Outros temas não eram abordados em nenhum dos cursos. No projeto interdisciplinar elaborado, propomos que os temas já trabalhados em algum curso sejam socializados com os demais, e oferecemos subsídios para que se trabalhem aqueles que não figuram em nenhum dos cursos.

PALAVRAS CHAVE: AÇÕES AFIRMATIVAS E AMBIENTAIS. FORMAÇÃO DE PROFESSORES. CIDADANIA. QUALIDADE DE VIDA.

ABSTRACT

In this work, we proposed a project that can be developed in multiple disciplines in all courses for teachers training offered by a public institution. We defend that it is a teachers' training task to offer preparation to promote the maintenance of physical and mental health of teachers during the exercise of teaching. In a reciprocal way the quality of life of the students affects the quality of learning. The huge number of unmotivated teachers or teachers in failing health broadly divulged in national and international researches gives the relevance to this study. The task of training teachers at the Basic Education committed to the preparation of the student for exercising their citizenship, as mentioned in law 9394/1996 (LDB), in *Diretrizes Curriculares Nacionais: Para a Educação em Direitos Humanos, Educação Ambiental e Educação das Relações Étnico-Raciais*, implies to the idea that the act of offer full training for students has associations with health and welfare of teachers and students. We established a discussion based on authors who discuss the Quality of life, the physiopathology of work and the training and profession of teachers. In conclusion, this search is bibliographic and documental. We wanted to answer the following question: How to develop a Learning Project at the courses of Teachers' Training to discuss the Quality of Life at the exercise of teaching? We defined a group of important subjects, in bibliographic search that includes educational law. We searched these courses to verify the subjects that were and weren't developed. We identified that some of these subjects were well approached in a course, but not in others. Some subjects weren't approached in none of the courses. At the interdisciplinary project we worked out, we propose that the subjects already developed in some course could be socialized with the others and we offered subsidy to develop those that aren't in none of the courses.

KEY-WORDS: AFFIRMATIVE AND ENVIRONMENTAL ACTIONS. TEACHERS' TRAINING. CITIZENSHIP. QUALITY OF LIFE.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
INTER-RELAÇÕES ENTRE OS SIGNIFICADOS DE QUALIDADE DE VIDA UTILIZADOS NESTE TRABALHO	13
1 PROBLEMÁTICA	17
1.1. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	20
1.2. OBJETIVO GERAL	21
1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	21
1.3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS	21
1.3.1 METODOLOGIA.....	21
1.3.2. PROCEDIMENTOS	23
2. QUALIDADE DE VIDA	24
2.1. HISTÓRICO DE QUALIDADE DE VIDA	27
2.2. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	30
2.3. QUALIDADE DE VIDA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA	33
2.4. EDUCAR PARA A QUALIDADE DE VIDA	41
3. PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO	45
3.1. DOIS DESTINOS DIFERENTES PARA O SOFRIMENTO: CRIATIVO OU PATOGENICO	48
3.2. OS PROFESSORES PERANTE A MUDANÇA SOCIAL: O MAL-ESTAR DOCENTE.....	50
3.3. FORMAÇÃO DOCENTE: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE EDUCACIONAL.	55
4. SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR	59
4.1 SAÚDE MENTAL, PROBLEMAS MENTAIS E TRANSTORNOS MENTAIS	59
4.2. ATENÇÃO PLENA (MINDFULNESS)	63
5. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DO IFSP	69
5.1. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NO IFSP.....	69
5.2. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO IFSP	71
5.3. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM FÍSICA NO IFSP	72

5.4. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NO IFSP	73
5.5. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS NO IFSP	74
5.6. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM QUÍMICA NO IFSP	75
6. SÍNTESE DAS ANÁLISES DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS PESQUISADOS NO IFSP.....	76
7. PROPOSTA DE UM PLANO DE ENSINO INTERDISCIPLINAR PARA TODAS AS LICENCIATURAS DO IFSP	82
7.1. SUGESTÃO PARA O PLANO DE ENSINO ITERDISCIPLINAR.....	84
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
BIBLIOGRAFIA	95
APÊNDICE 1 – Disciplinas que podem abordar temas relacionados com qualidade de vida no Curso de Licenciatura em Matemática no IFSP e seus objetivos.	99
APÊNDICE 2 - Disciplinas que podem abordar temas relacionados com qualidade de vida no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no IFSP e seus objetivos. .	103
APÊNDICE 3 – Disciplinas que podem abordar temas relacionados com qualidade de vida no Curso de Licenciatura em Física no IFSP e seus objetivos.....	106
APÊNDICE 4 – Disciplinas que podem abordar temas relacionados com qualidade de vida no Curso de Licenciatura em Geografia no IFSP e seus objetivos.....	109
APÊNDICE 5 – Disciplinas que podem abordar temas relacionados com qualidade de vida no Curso de Licenciatura em Letras/Português no IFSP e seus objetivos. .	112
APÊNDICE 6 – Disciplinas que podem abordar temas relacionados com qualidade de vida no Curso de Licenciatura em Química do IFSP e seus objetivos.	114
ANEXO 1 – Quadro com as necessidades humanas existenciais e axiológicas.....	119

INTRODUÇÃO

Verificamos que apesar de recente e instigante, a temática sobre qualidade de vida (QV), é discutida por vários autores, distribuídos em diversas áreas do conhecimento, portanto, essa é uma área reconhecidamente interdisciplinar. Identificamos trabalhos sobre esse tema, nas áreas da saúde, da medicina, no âmbito empresarial, e também na área da educação.

Na apresentação de meu trabalho do começo ao fim ele foi escrito na primeira pessoa do plural, nós, pois este trabalho não é só meu, mas juntamente com minha orientadora, portanto em nenhum momento haverá frases do tipo, pesquisei, analisei, verifiquei, e sim, tudo usando o tempo nós: pesquisamos, analisamos, verificamos.

Esse trabalho está inserido na linha de pesquisa Estudos de Políticas Educacionais Para Educação Básica e Tecnológica, do Grupo de pesquisa em Políticas Públicas Para Educação Profissional e Tecnológica (GPEPT), sob coordenação da orientadora deste trabalho.

O desenvolvimento deste trabalho voltou-se para a reformulação da disciplina QV, implantada em 2001 no Curso de Formação de Professores em Matemática, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo– Campus São Paulo, (IFSP). Os principais motivos que nos levaram a desenvolver esta proposta foram: a possibilidade de propor melhoria no currículo desta disciplina, frente ao grande número de novos estudos científicos que oferecem contribuições aos professores neste tema; propor melhoria no cumprimento de alguns aspectos recentemente incorporados na legislação educacional brasileira e adequar a proposta visando ampliar a oferta para os outros cinco cursos de licenciaturas oferecidos no IFSP: Ciências Biológicas – Física – Geografia – Letras/Português e Química.

Essa disciplina, QV, da forma como é oferecida atualmente, foi pensada para capacitar os futuros professores da licenciatura em matemática em contribuições com a QV de seus futuros alunos e alguns aspectos da saúde física do professor. Defendemos a necessidade de discutir também, a QV do professor no exercício docente em outras dimensões, tais como saúde mental.

Nossa trajetória profissional, autor e orientadora, contribuíram para o desenvolvimento deste projeto. Sou professor de Educação Física do IFSP, no quadro permanente desde 1995. Sou também professor aposentado, onde atuei por 36 anos em escolas particulares, tanto laicas como confessionais.

A disciplina de QV é ministrada por um professor de Educação Física no 1º semestre do curso e outro professor de Biologia no 2º semestre do curso da Licenciatura em Matemática. Assim, é ministrada com a colaboração dos professores da área em que atuo. Outra contribuição foi obter o apoio da professora, que fez parte da comissão que elaborou o projeto pedagógico para implantação do Curso de Licenciatura em Matemática e idealizou a disciplina de QV, neste curso, como orientadora deste trabalho. Foi fundamental sua experiência como professora de Didática e orientadora de prática docente na Licenciatura em Matemática. Seu constante contato com os alunos que estagiaram em diversos tipos de instituições, aliado à minha experiência docente em outras instituições, trouxe para a academia a realidade vivida pelos professores. Uma realidade dura, que nos mobilizou a realizar este trabalho, como forma de contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos professores, da QV dos alunos e consequentemente com a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Consideramos ainda, os dados da pesquisa de pós-doutorado, realizada por Novaes (2014). Esta pesquisa apontou que parte dos professores deste Instituto insere em suas atividades, as últimas modificações na legislação educacional brasileira, no que se referem à Educação Ambiental e Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação para os Direitos Humanos, que em última instância, guardam relações com a QV, como concebida neste trabalho. Porém, outros professores, relataram dificuldades para trabalhar alguns destes temas ou todos eles, por falta de capacitação, mas manifestam interesse em fazê-lo. Consideramos que, se alguns dos professores do IFSP, têm dificuldade para discutir esses temas, os licenciandos também podem estar carentes desta formação.

O'Sullivan (2014), pesquisador canadense, diretor da Universidade de Toronto afirma: Nos dias de hoje, necessitamos educar para criticar, para sobreviver e criar soluções para os problemas de QV que criamos para nós mesmos (p. 341).

Refletir nesta frase permite-nos considerar que preservar e respeitar as condições do ambiente, não apenas o natural significa buscar sustentabilidade, a aquisição de maior bem-estar para todos os indivíduos, para nossos semelhantes, e

simultaneamente, garantir melhor QV para a sociedade. A educação como um fator determinante para esta conquista é defendida por educadores e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, bem como, pela legislação educacional brasileira.

Dessa forma, o produto final resultante deste trabalho é um plano de ensino interdisciplinar para o oferecimento desta formação, não só na licenciatura em matemática, mas também para as outras cinco licenciaturas oferecidas no IFSP. Para que esse plano se transforme em um projeto e seja implantado é necessário que outros professores das licenciaturas se envolvam e ofereçam contribuições.

INTER-RELAÇÕES ENTRE OS SIGNIFICADOS DE QUALIDADE DE VIDA UTILIZADOS NESTE TRABALHO

Conceitos e concepções sobre QV são diversos e existe neles uma riqueza de argumentos e possibilidades, partindo do interesse que as pessoas têm pela vida e pelo desejo de bem viver. Suas definições podem ser amplas, tentando abarcar tanto os diversos fatores que influenciam na qualidade de vida, quanto restritos delimitando alguma área específica (Almeida, 2012).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define QV como a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Para Minayo et al (2000) QV é:

Uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximado ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a eles se reportam em várias épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, uma construção social com a marca da relatividade cultural (p. 8).

Na área médica, a expressão é utilizada como QV em saúde, esclarece essa autora, Coordenadora do Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. No âmbito da saúde, quando

visto no sentido ampliado, seu foco mais relevante está na promoção da saúde. Superar os agravos à saúde que podem gerar dependências e desconfortos, seja para evitá-los, seja minorando consequências dos mesmos.

O mais relevante componente da QV é uma vida saudável. Porém, se saúde for vista como o contrário de doença, não levará em conta o contexto cultural, histórico de vida e do percurso dos indivíduos cuja QV pretende-se medir ou melhorar. Assim, se não levarmos em consideração os seus aspectos sociais, seu alcance fica restrito.

Essa autora observa ainda, que QV guarda relações com a democracia: quanto mais aprimorada a democracia, mais ampla a noção de QV, do grau de bem-estar da sociedade e da equidade ao acesso a bens materiais e culturais. A QV manifesta-se de forma palpável na dimensão de convivência entre as pessoas, reveladora da urbanidade e respeito mútuo. É possível dizer também, que a exclusão social e a violência, são de forma objetiva, reconhecidas como a negação da QV.

Nesse aspecto, segundo nosso entendimento, a educação poderá contribuir discutindo o que consta na lei da desigualdade racial, nas Diretrizes para Educação das relações Étnico-Raciais e nas Diretrizes para Educação em Direitos Humanos, pois advogam a ausência de Bullying, o respeito às diferenças e compreensão da necessidade das políticas públicas de ações afirmativas e o consequente respeito às mesmas. Dar a conhecer os principais aspectos desta legislação e discuti-los com os educandos, poderá abrir possibilidades de busca da prática de exclusão para os elementos negativos a esse respeito, que fazem parte da realidade vivida pelos mesmos. Embora saibamos que a legislação por si só não resolve os problemas, o indivíduo civilizado, educado, conhecedor destas leis poderá modificar esta realidade.

Segundo Minayo, a noção de QV tem pelo menos três fóruns de referência: histórico, cultural e classes sociais, que discutiremos com mais detalhes no capítulo 2. No entanto, o relativismo cultural, permite perceber que o modelo hegemônico está há um passo de adquirir um significado planetário:

É o preconizado pelo mundo ocidental, urbanizado, rico, polarizado por certo número de valores, que poderiam ser assim resumidos: conforto, prazer, boa mesa, moda, utilidades domésticas, viagens, carro, televisão, telefone, computador, uso de tecnologias que

diminuem o trabalho manual, consumo de arte e cultura, entre outras comodidades e riquezas (MINAYO, 2000, p.9).

Observa que a partir da década de 1970, surge o questionamento sobre modelos de bem-estar predatórios que agregam à noção de conforto, bem-estar e QV, a perspectiva da ecologia humana, que tratam do ambiente no qual vive o indivíduo e a população, e o conjunto das relações que os seres humanos estabelecem entre si e com a própria natureza. Esses princípios se apoiam no conceito de desenvolvimento sustentável. Questionam as condições reais e universais de manutenção de um padrão de QV fundado no consumismo e na exploração.

Notamos que a discussão deste tema perpassa pela discussão de bem-estar, conforto predatório, necessidades humanas fundamentais, meio ambiente e interfere no processo de ensino aprendizagem. Segundo Barbosa (2012), a área de conhecimento em QV se expressa na relação entre o homem, a natureza e o ambiente que o cerca. Para compreender estas relações é necessário que a influência de uma sobre a outra seja considerada, formando um todo.

Essa autora é pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM-UNICAMP). Sobre a questão ambiental afirma que existe uma relação entre os conceitos de QV e as questões ambientais, pois com a degradação do meio ambiente a QV da população em geral fica prejudicada.

Assim sendo, discutimos esses temas utilizando o quadro de Max-Neef e Hopenhayen (1989) que poderá ser visto no anexo 1, com uma rica discussão estabelecida por O'Sullivan, para compreensão da complexidade das necessidades humanas fundamentais e como tais necessidades fornecem a base para compreensão de QV; esta discussão está no capítulo 2.4.

Esta pesquisa se justifica na busca de elementos que possam contribuir com a formação de professores conscientes das dificuldades que poderão encontrar em sua atuação profissional, porém, com elementos que possam favorecer a manutenção de sua QV e atuação em favor da QV de seus alunos e consequente favorecimento da sociedade em que vivem.

Desta forma, focamos nossas análises, tanto da disciplina de QV oferecida apenas na Licenciatura em Matemática, como nos currículos de todos os cursos de licenciatura oferecidos no IFSP.

Consideramos os termos de Barbosa (2012) e Minayo et al (2000), citados anteriormente, bem como, outros autores que discutem questões de saúde e QV de maneira geral, na área da educação e avanços da neurociência, que favorecem estes aspectos, para definir os elementos desta análise. Esses elementos de análise se referem à saúde física e mental de alunos e professores, educação ambiental, dos direitos humanos e das relações étnico-raciais que guardam relações com este tema.

Dessa forma, este trabalho orientou-se pela seguinte questão:

“Quais elementos podem ser utilizados para elaborar um plano de ensino interdisciplinar que propiciará formação aos alunos dos Cursos de Licenciatura do IFSP para melhor QV em seu exercício docente, igualmente comprometido com a promoção da QV de seus futuros alunos?”

As respostas obtidas para esse questionamento orientaram a elaboração do plano de ensino interdisciplinar: Qualidade de Vida no currículo da Formação Docente, que será apresentado no capítulo 7.

1 PROBLEMÁTICA

A educação para a QV, somente se realizará passando pela educação do ser humano, afirma O'Sullivan (2004). Esse autor afirma ainda, que o papel da escola é fundamental para construir desde a primeira etapa da escolarização, estes conceitos, para que crianças e jovens possam incorporar desde cedo atitudes de preservação do meio ambiente, ecologia, respeito a tudo e a todos, que poderá se estender a todos os ambientes de nossa convivência e a tudo o que a natureza nos oferece.

Dessa forma, O'Sullivan (2004) acredita que todas as instituições educacionais e seus programas devam ser avaliados pela extensão com que inibem, ignoram ou promovem uma relação benéfica entre os seres humanos e entre os seres humanos e a terra.

Meu pressuposto básico, é que uma educação afinada com a qualidade de vida deve ter como fundamento as necessidades humanas genuínas (O'Sullivan 2004, p.346).

As necessidades genuínas a que se refere, seria tudo o que todo ser humano busca em sua vida, relacionado às condições básicas para a subsistência humana. Entendemos como rica a discussão que se pode fazer ao interagir as necessidades humanas fundamentais com o conceito de QV satisfatória e consumismo. Como dito acima, aprofundaremos essa discussão adiante no capítulo 2.

Christophe Dejours médico francês, com formação em psicossomática e psicanálise, diretor científico do Laboratório de Psicologia do Trabalho em Paris, investiga as patologias que afetam os trabalhadores. Esse autor afirma que os desdobramentos destas patologias em muitos casos, geram sequelas irreversíveis, provocando distúrbios e afastando das funções profissionais os indivíduos acometidos por estas patologias.

Citamos algumas delas no capítulo 3, no qual se discutiu os efeitos das patologias no exercício profissional.

Sobre esse fato, podemos questionar: se os professores sofrem com problemas de saúde mental no trabalho, como poderão envolver-se para que haja um bom processo de ensino aprendizagem? Se os professores não têm QV,

poderão favorecer a QV de seus alunos? Estes foram nossos primeiros questionamentos.

Consta como objetivo da Educação Básica na Lei. 9.934/96 (LDB), art. 22: preparar para a vida/cidadania, para o mundo do trabalho e para o aprendizado permanente.

Consideramos importante o preparo dos professores da educação básica para trabalhar adequadamente esses temas e entendemos que a efetivação do cumprimento destes objetivos, especialmente no preparo para vida e para o mundo do trabalho, poderão resultar em melhoria da QV de maneira geral, de alunos e professores. Um ambiente saudável além de salutar, poderão propiciar melhores condições para a emergência da criatividade necessária, como defende O'Sullivan (2004), criar soluções para os problemas que enfrentamos. Segundo psiquiatras tais como Estanislau & Bressan (2014), estudiosos da saúde mental nas escolas, a criatividade é uma das atividades que fica prejudicada na ausência da saúde mental.

Nosso ponto de partida em relação à legislação foram os dados da pesquisa de Novaes (2014). Essa pesquisa, com 318 professores, distribuídos em 15 dos 27 *campis* do IFSP, em funcionamento em 2014, apontou que 46,6% dos professores trabalham com Educação Ambiental e 16,5% dos mesmos trabalham com Educação para os Direitos Humanos e Educação das Relações Étnico-Raciais, como consta nas Diretrizes Nacionais Curriculares Para a Educação Básica, publicada em 2013.

Nota-se que alguns professores abordam alguns temas, mas, não abordam outros. Existem ainda, aqueles que não abordam nenhum deles. Entre os que não abordam, mas gostariam de abordar, a justificativa apresentada foi a falta de capacitação. Os resultados desta pesquisa alertou-nos para a necessidade de oferecer formação para os futuros professores nesses temas.

Outro fato, é que as recentes políticas públicas de inclusão, expõem um problema social cheio de estigmas e aumentam os desafios que os profissionais das instituições escolares enfrentam:

O sistema escolar passou a ser destacado como o principal núcleo de promoção e prevenção de saúde mental (e geral) para crianças e adolescentes, atuando no desenvolvimento de fatores de prevenção e na redução dos fatores de risco ligados à saúde mental. Percebendo isso, diversos tipos de intervenções voltadas para a saúde mental em escolas vêm sendo desenvolvidas, variando de abordagens que vão da competência emocional, a capacitações para identificação precoce de jovens em necessidade de avaliação psiquiátrica. Porém, para que o panorama se modifique a contento, é

fundamental a aproximação entre os setores da saúde e da educação, a fim de que, por meio do diálogo, se otimize o oferecimento dos dois serviços. (VIEIRA; ESTANISLAU; BRESAN; BORDIN, 2014, p.21).

Um dos objetivos deste trabalho é a contribuição da efetivação do que consta como responsabilidade da educação, na legislação nacional.

É sabido que a Legislação por si só é insuficiente para promover as práticas que advogam. No entanto elas podem ser o ponto de partida, apoio e de reflexão que orienta um trabalho docente criativo, com base em necessidades identificadas na legislação. Entendemos que o que está na legislação se torna realidade apenas quando o professor se apropria do que nela consta. Sacristan (1998) espanhol de Zaragoza, doutor em pedagogia, autor de vários livros sobre ensino e educação afirma que estamos longe de entender os professores como meros executores de práticas pensadas e decididas por outros:

Se algumas ideias, valores e projetos se tornam realidade na educação é porque os docentes os fazem seus de alguma maneira: em primeiro lugar, interpretando-os, para depois adaptá-los. Já é uma crença bastante comum que os professores ou qualquer agente educativo são mediadores inevitáveis entre as ideias e as práticas, entre os projetos e as realidades. Apenas na medida em que cada um tenha claro esses projetos e essas ideias, pode ser um profissional consciente e responsável. (SACRISTÁN e GÓMEZ, 1998, p.9).

Outro autor que discute o trabalho docente, o canadense Tardif (2013), vê o professor como agente de mudanças. Este autor afirma que o professor tem muito a fazer, a partir disso, só se pode fazer o melhor que puder. Fazer o possível, sabendo bem que é impossível ajudar a todos os alunos, salvar cada um dos desprovidos, cobrir todos os objetivos do programa, garantir a qualidade de todas as aprendizagens. Observa ainda, que como nas profissões de interações humanas, o trabalhador precisa encontrar um equilíbrio entre o que ele pode fazer e o que precisa fazer. A perda desse equilíbrio, leva ao esgotamento profissional ou à indiferença, onde o professor se refugia em seus papéis codificados e se recusa a ir além deles. Esse fato se revela no referido mal-estar docente.

Assim, defendemos que a discussão sobre a QV na formação docente, como proposto neste trabalho poderá ser importante para que o futuro professor tenha elementos, com senso crítico e ético, capaz de apreciar o que convém fazer, o que é possível fazer e como fazê-lo em determinadas circunstâncias, como discutido por

Tardif (2013). Neste contexto, acreditamos que este trabalho possa ampliar a capacidade de realizações dos professores dentro de suas possibilidades.

Verificamos em estudos científicos atuais, e no que preconizam os marcos legais, a possibilidade de contribuir com este processo. Podemos associar aos mesmos, nossa experiência profissional, há tantos anos em contato com as mazelas de professores e de alunos, intrinsicamente relacionadas com problemas de saúde. Dado que corpo e mente não se separam, tanto o trabalho do professor, quanto o processo de ensino e aprendizado dos alunos podem ficar prejudicados se ignorarmos a importância de corpo e mente saudáveis.

1.1. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Acreditamos ser necessário oferecer aos alunos dos Cursos de Formação de Professores, melhores condições na fase de formação, não só em aspectos relacionados ao conteúdo específico de sua área de atuação, mas também uma formação que reforce seu sistema emocional, por meio da busca por saúde em todas as suas dimensões. Isso poderá se refletir em melhor atuação como cidadãos críticos, com ética social, buscando o favorecimento da inclusão social, bem como o engajamento na luta por um planeta mais igualitário, responsável pelo meio ambiente e sua sustentabilidade.

O que julgamos como relevante em nosso trabalho é poder oferecer aos futuros professores formação favorecendo a permanência destes no magistério, minimizando as pressões que poderão sentir, bem como, discutir os fenômenos envolvidos na obtenção de QV nas dimensões de saúde física, mental, emocional e ambiental com os professores em seu trabalho para beneficiar não apenas a eles próprios, mas também seus alunos.

Nosso produto final é um plano de ensino interdisciplinar para as licenciaturas do IFSP, com foco na QV com as características descritas anteriormente. Dado que esta instituição conta ao todo com 31 campi atualmente no Estado de São Paulo, que oferecem outros cursos de licenciatura, esta proposta poderá ser futuramente socializada com todos eles.

Entendemos ainda que esse trabalho poderá inspirar outras instituições na elaboração de projetos que abordem estes temas, adaptados à realidade vivida por seus professores e alunos.

1.2. OBJETIVO GERAL

Propor alterações a partir das análises dos currículos das seis licenciaturas do IFSP, e elaborar um plano de ensino interdisciplinar com as contribuições destas licenciaturas, favorecendo a melhoria da QV na formação docente para todos os futuros professores destas licenciaturas, partindo da premissa de que a saúde física e mental do professor e dos alunos está intrinsecamente associada à qualidade do processo de ensino e aprendizagem.

1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os conteúdos curriculares nas seis licenciaturas do IFSP, buscando a existência de formas de atuação com os temas relacionados à QV, como discutidos neste trabalho, em busca de possíveis contribuições para elaborar o plano de ensino interdisciplinar.
- Propor mudanças que se apresentarem necessárias para favorecer o processo de ensino aprendizagem em visão integrada do ser humano, com o mundo que o cerca tais como: as questões constantes na legislação nacional e a QV em suas múltiplas dimensões, e em especial na formação docente e na sua prática.
- Expandir para fora do IFSP, caso haja interesse e ser utilizado em outros estabelecimentos de ensino.

Com estes objetivos estabelecidos, surge uma questão que queremos responder:

Quais elementos podem ser utilizados para elaborar o plano de ensino interdisciplinar que propiciará aos alunos dos cursos de formação de professores do IFSP uma melhor QV, comprometidos também com promoção da QV de seus futuros alunos?

1.3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

1.3.1 METODOLOGIA

O pesquisador Pedro Demo, brasileiro, nascido em Santa Catarina, doutor em sociologia na Alemanha, professor titular da Universidade de Brasília, com atuação destacada em metodologia científica esclarece que metodologia é entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades (Demo, 1989).

A metodologia, segundo o autor, é um instrumento a serviço da pesquisa, e através deste instrumento poderemos delimitar como nossa pesquisa caminhará, pois ela é que determina as ações que o pesquisador irá tomar de acordo com os dados e informações que coletar.

Nossa pesquisa tem natureza qualitativa, visto que este estudo não pode ser mensurável quantitativamente, pois o que buscamos não são dados numéricos, e sim algo que poderá ser subjetivo. O que vamos investigar são os projetos pedagógicos e as ementas das disciplinas das licenciaturas do IFSP. A coleta de dados advinda desta análise indicou uma direção para o trabalho.

Inicialmente realizamos uma pesquisa bibliográfica, analisando autores de diversas áreas que discutem os temas que desejamos abordar neste trabalho. Interessa-nos discutir a QV, especialmente nos diversos aspectos de saúde, sem a qual não se pode pensar em obter QV plena. Elaboramos assim, uma síntese do referencial teórico atualizado, que trata destes temas nas áreas de psicopatologia do trabalho, psicologia, psiquiatria, psicopedagogia e educação na formação docente.

Com base na análise bibliográfica, identificamos os elementos necessários à formação que buscamos e estabelecemos uma categorização para análise do projeto pedagógico e das ementas de todos os Cursos de Formação de Professores do IFSP.

Por meio desta análise listamos abaixo os elementos nos quais focamos as buscas nesse trabalho:

- I. Saúde física e mental de professores: cuidados com a voz, problemas osteomusculares e relacionados à saúde mental na profissão. Avanços das Neurociências para compreensão do funcionamento geral do cérebro, que contribuem para a busca da saúde mental. Aspectos da Educação Socioemocional, para auxiliar educadores a lidar com seus próprios sentimentos (entre eles o estresse da profissão) e atuar de maneira mais habilidosa na resolução de problemas pessoais que afetam os profissionais, mindfulness (prática de atenção plena).

- II. Saúde física e mental dos alunos: identificar os sinais de problemas mentais, transtornos mentais ou uso de substâncias que necessitam de encaminhamento para tratamento precoce ou já instalados. Educação Socioemocional como medida de promoção do desenvolvimento saudável e prevenção dos fatores de risco a esse desenvolvimento, mindfulness (prática de atenção plena).
- III. Questões educacionais para dar conhecimento e discutir políticas afirmativas, políticas ambientais e referentes aos direitos humanos, constantes na legislação brasileira e suas articulações com a QV.

1.3.2. PROCEDIMENTOS

Após estas análises com os autores que nos referenciaram e que estabelecemos as temáticas que embasaram nosso trabalho, procedemos a uma análise documental, onde investigamos os referidos projetos pedagógicos e ementas de todas as seis licenciaturas do IFSP.

Nas ementas das disciplinas, observamos as cargas horárias semanais e anuais, seus objetivos, conteúdos programáticos, e as bibliografias de apoio, em busca de elementos que subsidiou a elaboração do plano de ensino que propomos.

Essa busca permitiu-nos identificar o que é oferecido e o que não é oferecido em relação aos temas I, II e III, descritos na metodologia. Se existem temas trabalhados em uma delas, mas não em outra, que pudesse ser socializado com as demais. Os aspectos que se revelaram carentes foram considerados na elaboração do plano de ensino proposto. Também foram consideradas as contribuições do conhecimento disponível em uma área e carente em outra.

Por fim, o produto final deste mestrado profissional que é um plano de ensino interdisciplinar tem como meta, favorecer a formação dos futuros professores, no quesito QV no exercício docente, em duas vertentes:

1. A QV do professor
2. As contribuições que o professor pode oferecer para melhoria da QV de seu aluno.

Acreditamos que o foco de nosso trabalho na formação docente, abordando aspectos de QV e saúde de alunos e professores poderão se constituir num resultado satisfatório.

O aprofundamento da discussão utilizando o conhecimento atualizado disponível nesta área poderão clarear nossas atitudes para o enfrentamento desses problemas, podendo apontar caminhos para minimizar os efeitos negativos tanto no exercício profissional, quanto no desempenho acadêmico dos alunos tornando o magistério não um fardo, mas a possibilidade de tornar a vida de professores e de seus alunos mais fácil, e com resultados mais significativos.

2. QUALIDADE DE VIDA

O termo QV é facilmente percebido no linguajar da sociedade como um todo, sendo incorporado ao vocabulário popular com várias formas de conotação. Parece que existe um consenso de que é algo bom falar em QV, mesmo sem definir exatamente do que está se falando.

Portanto, procuramos pesquisadores que tratam sobre este assunto, para com suas ideias estabelecermos uma definição sobre QV, que nos oriente em nosso trabalho.

O primeiro pesquisador que trouxemos para referenciar nosso trabalho sobre Q.V. foi o pesquisador da USP Marco Antonio Bettine de Almeida, doutor em sociologia do lazer pela UNICAMP, que coordena o curso de graduação em educação física e esporte, onde em sua obra com outros colaboradores afirma:

O senso comum se apropriou desse objeto de forma a resumir melhorias ou um alto padrão de bem-estar na vida das pessoas, sejam elas de ordem econômica, social ou emocional. Todavia, a área de conhecimento em qualidade de vida encontra-se numa fase de construção de identidade. Ora identificam-na em relação à saúde, ora à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e alimentação, mas o fato é que essa forma de saber afirma que todos esses fatores levam a uma percepção positiva de bem-estar. (ALMEIDA, 2012, p. 13)

Esse autor mencionou a matéria da revista Isto É em sua edição número 1897, do mês de março de 2006. A matéria de capa intitula-se “9 lições de QV: mudanças que você pode promover no seu dia-a-dia para conquistar um novo padrão de bem-estar físico e mental, e viver melhor”, onde se salienta outra relação presente no senso comum referente à definição de QV: a ligação desta com a saúde e a atividade física.

Outro pesquisador sobre este tema define QV como:

Uma forma de estabelecer valores. Caracterizar algo pela sua qualidade é estipular um nível bom ou ruim a ele; porém, essa atribuição é subjetiva, de acordo com o referencial e os elementos considerados. O que é boa qualidade para alguém não é necessariamente para outra pessoa (BETTI, 2002, p.3).

Mais uma contribuição vem da pesquisadora Barbosa, da UNICAMP:

Não é possível existir um conceito único e definitivo sobre qualidade de vida, mas se podem estabelecer elementos para pensar nessa noção enquanto fruto de indicadores ou esferas objetivas (sociais) e

subjetivas, a partir da percepção que os sujeitos constroem em seu meio. (BARBOSA, 1998)

Percebe-se que cada um destes pesquisadores aborda a mesma questão com uma ótica diferente dos outros, mas juntas se complementam, portanto acreditar numa definição fechada, particular para esta temática, seria para nós uma visão unilateral que não atenderia completamente ao que buscamos em nosso trabalho. Nota-se, que a definição de QV, segundo a maioria dos autores que pesquisamos, converge para expressões semelhantes às que descrevemos.

Sintetizando estas definições, QV seria para nós, expressão que indica as condições de vida de um ser humano, sendo diferente de padrão de vida, e que favorecem seus relacionamentos sociais, que são subjetivos, e variam de indivíduo para indivíduo, de acordo com inúmeras variáveis, quer seja de gênero, de idade, condição social e cultural, entre outras tantas.

Na introdução de nosso trabalho citamos a pesquisadora Minayo (2000), que aborda a temática de Q.V. e nos relata sobre um estudo de pelo menos três fóruns de referência: histórico, cultural e classes sociais. Discorreremos brevemente sobre cada um destes fóruns, para que possamos nos situar em relação ao que esta autora nos sugere.

Fórum Histórico: Em determinado tempo de seu desenvolvimento econômico, social e tecnológico, uma sociedade específica tem um parâmetro de QV diferente da mesma sociedade em outra etapa histórica.

Fórum Cultural: Certamente, valores e necessidades são construídos e hierarquizados diferentemente pelos povos, revelando suas tradições.

Fórum das Classes Sociais: Os estudiosos que analisam as sociedades percebem que as desigualdades e heterogeneidades são muito fortes, e mostram que os padrões e as concepções de bem estar são também estratificados: a ideia de QV está relacionada ao bem-estar das camadas superiores e à passagem de um limiar a outro.

Portanto, QV, se torna uma questão subjetiva segundo esta autora se analisarmos estas três questões, não se podendo mensurar o grau de satisfação de indivíduos sem estabelecer-se estas situações, históricas, culturais e de classes sociais.

Se situarmos nossa discussão sobre Q.V. e relacionarmos com a educação, poderemos estabelecer alguns eixos comuns.

A principal característica deste debate é a interdisciplinaridade. A pesquisa sobre qualidade de vida ultrapassou sua origem na área de saúde e constitui hoje um dos campos mais importantes para o diálogo entre as diferentes disciplinas e escolas de pensamento, no sentido da busca de avanços reais para as pessoas das mais diferentes culturas. Esta vocação original para a interdisciplinaridade permite trazer para o mesmo espaço de discussão pessoas e áreas que, de outra forma, muito dificilmente encontrariam um denominador comum para o diálogo e o crescimento intelectual conjunto. (ALMEIDA, 2012 p.9).

Portanto podemos verificar que segundo o autor, a discussão sobre Q.V., com o passar das décadas não se preocupa apenas com os aspectos ligados à saúde, mas conversa com outros aspectos da vida humana numa interdisciplinaridade constante, buscando o todo, e não apenas as partes.

2.1. HISTÓRICO DE QUALIDADE DE VIDA

Patricia Moita Garcia Kawakame doutora em enfermagem pela USP, pesquisadora em gestão de saúde pela Universidade Federal do Mato Grosso, cita em seu trabalho que a expressão QV possui raízes em duas culturas: oriental e ocidental. Nota-se sua presença na antiga filosofia chinesa referente à sua arte, literatura, filosofia e medicina tradicional, bem como, nas forças positivas e negativas representadas pelas definições de Yin e Yang, as quais, em equilíbrio, representam boa QV. Na perspectiva ocidental, observa-se a QV inicialmente relacionada com a visão aristotélica, a qual descrevia a felicidade como certo tipo de atividade íntegra da alma, algo como se sentir completo e realizado, ou seja, com boa QV (KAWAKAME; MIYADAHIRA, 2005).

Outro autor, Marcus Vinicius Rodrigues, contribui com o histórico de QV, quando fala que historicamente para a espécie humana o domínio de técnicas adequadas à produção do fogo, no período Neolítico, sem dúvida se traduziu como um enorme salto no que se refere à QV. Com o fogo, o homem passou a se proteger do frio e dos predadores, além de poder cozinhar os alimentos. Utilizando a pele dos animais usavam como roupas, protegendo seus corpos das intempéries.

Seguindo nesta mesma linha relata que no período denominado como proto-história, a invenção da roda, cerca de 4.000 A.C., proporcionou a substituição dos antigos trenós por carros de duas e quatro rodas. Esse fato revolucionou a vida

humana, pois facilitou não só a sua locomoção, mas também o transporte de cargas, e melhorou sua QV (RODRIGUES, 1999).

Continua o próprio autor comentando que, os ensinamentos de Euclides de Alexandria (300 A.C.) sobre os princípios da geometria serviram de inspiração para a melhoria do método de trabalho dos agricultores à margem do Rio Nilo, assim como a Lei das Alavancas, de Arquimedes, formulada em 287 A.C., veio diminuir o esforço físico de muitos trabalhadores.

Analisando estas informações, pode-se dizer que durante a evolução do ser humano, cada descoberta feita pelos indivíduos, contribuiu de certa maneira para que a vida se tornasse menos cansativa e difícil. Assim estes progressos evolutivos foram com os milênios transformando a vida do ser humano mais fácil de ser vivida.

Desta forma o acesso aos bens com avanços da tecnologia representa também melhor QV, dado que muitos não tendo acesso a todos esses bens, essa QV se expressa no fórum de classes sociais, descritos por Minayo (2000).

Desde que o homem começou a pensar em sua subsistência, em se reunir em comunidade, em buscar proteção, segurança, a caçar e buscar na natureza os alimentos para satisfazer suas necessidades básicas, aí se inicia a busca da QV dos seres humanos.

Seguindo com essa ideia também julgamos que os homens das cavernas iniciaram sua jornada em comunidade e sem saber davam os primeiros passos na busca de uma vida que com o passar dos milênios transformou-se no que hoje somos.

As pesquisadoras Eliane Maria Fleury Seidl e Celia Maria Lana da Costa Zannon, doutoras em Psicologia, ambas no programa de saúde da Universidade de Brasília, relatam que o termo QV surgiu pela primeira vez na literatura médica por volta de 1930, segundo um levantamento de estudos que tinham por objetivo a sua definição e que faziam referência à avaliação da QV (SEIDL; ZANNON, 2004).

A origem do movimento de QV no trabalho remonta a 1950, com o surgimento da abordagem sociotécnica; porém, somente na década de 1960, tomaram impulso as iniciativas de cientistas sociais, líderes sindicais, empresários e governantes, na busca de melhores formas de organizar o trabalho a fim de minimizar os efeitos negativos do emprego na saúde e no bem-estar geral dos trabalhadores (FERNANDES, 1996).

No entanto, por alguns anos o termo foi esquecido e reapareceu com mais força quando o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, em 1964, declarou que o bem-estar da população não poderia ser medido através do balanço dos bancos e sim através da QV que era proporcionada às pessoas (FLECK et al., 1999).

Ainda segundo estes autores, no final dos anos 90 a QV passou a integrar de forma mais intensa os discursos informais entre as pessoas e a mídia em geral, bem como, observou-se um grande avanço na quantidade e qualidade de investigações científicas que visavam um maior entendimento da QV e sua relação com questões sociais, culturais, biológicas e do trabalho.

A Organização Mundial da Saúde reuniu especialistas sobre saúde e QV de diversas regiões do mundo para formar um grupo de estudos sobre QV com a finalidade de aumentar o conhecimento científico da área e de desenvolver instrumentos de avaliação da QV. O pesquisador Marcelo Pio de Almeida Fleck, doutor em medicina pela Universidade Federal do Rio grande do Sul e colaboradores trabalhou na versão em português do instrumento abreviado de avaliação da QV, WHOQOL (FLECK et al., 1999).

Tentando avaliar e sintetizar todos estes fatores o grupo de estudos sobre QV da Organização Mundial da Saúde (THE WHOQOL GROUP, 1995) definiu QV como a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Segundo pesquisas, e utilizando-se de instrumentos de avaliação e pesquisa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), verificou que a expectativa de vida da maioria dos seres humanos aumentou em relação ao passado, e segundo o portal WWW.ibge.gov.br, publicado em 02.12.2013 a expectativa de vida dos brasileiros de ambos os sexos ao nascer passou de 74,1 em 2011 para 74,6 anos em 2012, com um acréscimo de cinco meses e 12 dias, segundo dados divulgados pelo (IBGE).

Para a população masculina o aumento foi de 4 meses e 10 dias, passando de 70,6 anos para 71,0 anos. Já para as mulheres o ganho foi maior. Em 2011 e esperança de vida ao nascer delas era de 77,7 anos, elevando-se para 78,3 anos em 2012, 6 meses e 25 dias maiores.

Como alguns estudiosos procuram relacionar Q.V. com saúde, estes dados poderiam supor que a saúde da população estaria em situação melhor à de anos atrás e consequentemente teriam uma Q.V. também mais satisfatória. Podemos supor que a expectativa de vida está relacionada com os avanços da ciência e com QV de maneira geral. A cada um de nós compete uma reflexão sobre maneiras de melhorar nossa QV e os fatores que podem prejudicá-la. Essa é nossa proposta em relação ao trabalho docente.

2.2. QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Discutir QV, nos leva a considerar a questão da nossa realidade profissional, e consequentemente associar QV no trabalho (QVT). Discutir QVT implica discutir a relação entre patrões e empregados, e estas relações mostraram-se em alguns momentos da história humana desfavorável ao empregado.

No Brasil estas relações foram marcantes no passado, e ainda hoje se percebe em alguns locais uma remuneração menor, condições de trabalho insalubres, segregação e discriminação feminina.

Segundo a autora Carmen Lúcia Antunes Rocha Professora de Direito Constitucional da PUC de Minas Gerais que cita a regra da desigualdade, só quem tinha poder e riqueza era detentor de direitos e privilégios. Aos demais, restava aceitar os mandos e desmandos dos poderosos. Rocha (1990).

O processo histórico do movimento operário e das correlações de forças entre trabalhadores, patrões e estado, pode explicar o condicionamento a que foi submetida à população, tornando quase invisível os efeitos das condições de trabalho, na saúde do trabalhador (DEJOURS, 2015, p.118).

No entanto, melhores condições de trabalho propriamente ditas, tais como, local, garantias assistenciais, saúde, registro para fins de aposentadoria, entre tantas, os empregados foram conquistando pela influência de sindicatos, e principalmente pelas lutas operárias.

Outro aspecto que passa a ser considerado é a ligação entre a procura da qualidade dos produtos, das técnicas e tecnologias e a melhoria do ambiente de trabalho, Almeida (2012). A saúde do trabalhador afeta diretamente a qualidade do

serviço. Para melhorar a produção, foi necessária uma reestruturação no ambiente de trabalho, afirma este autor.

A melhoria da QVT passa a ser apontada por pesquisadores como um dos fatores que aumentam a motivação e o comprometimento dos empregados com os resultados das organizações. Só é excelente a empresa que estende excelência à QV de seus funcionários. Afinal, como se pode alcançar a qualidade dos produtos ou serviços se não houver QV pessoal e profissional de quem os faz?

Para um funcionário prestar um bom serviço, é preciso que saiba, que possa e que queira fazê-lo. Saber fazer é uma questão de conhecimentos, habilidades e atitudes. Poder fazer é uma questão de ter e poder usar os recursos necessários. Querer fazer é uma questão volitiva que depende do estado de ânimo, da satisfação das pessoas quando realizam o trabalho, (Luz, 2003, apud NOVAES 2014, p.131).

Portanto, o terceiro aspecto “querer fazer” está associado à QV dos trabalhadores e este, passa a ser considerado como um item de importância no ambiente de trabalho.

Entre os estudiosos que definem QVT Limongi- França (2009) doutora em administração pela USP, dirigindo o núcleo e laboratório de estudos e pesquisas em gestão de QVT, afirma que:

Qualidade de vida no trabalho seria o conjunto de ações de uma empresa que envolve diagnóstico e implantação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais dentro e fora do ambiente de trabalho, visando propiciar condições plenas de desenvolvimento humano para e durante a realização do trabalho. (2009, p.35)

Essa nova visão empresarial mudou o rumo do conceito de trabalho, de segurança e de higiene dentro das fábricas. Os autores, Almeida, Gutierrez e Marques (2012) afirmam que os avanços tornaram-se significativos, tanto em países desenvolvidos como subdesenvolvidos; todo este processo levou à preocupação com a responsabilidade social e à criação de selos de qualidade para serviços, produtos e clientes, como a criação do ISO's; do SA 8000 e OHAS 18001.

O mundo do trabalho tem sido marcado por transformações profundas onde existe uma deterioração crescente da QV nos diversos âmbitos do trabalho humano.

Nós, todos os seres humanos deste planeta, que temos o privilégio de testemunhar um novo século, somos descendentes de uma

história magnífica. Para o bem ou para o mal, somos os herdeiros do legado da modernidade. (O'SULLIVAN, 2004, p. 25).

Este autor destaca que os países desenvolvidos, do 1º mundo, com o objetivo de produzir cada vez mais, estão destruindo o planeta. Discute nossa responsabilidade nesta condição, onde o planeta emite sinais de socorro, comparado com um ser humano em estado terminal.

Cita entre outros fatos, que produzir é necessário, mas que se deve respeitar o meio ambiente, e pensar de maneira globalizada, pois o que se faz em qualquer canto do planeta afeta a todos. Para ele a palavra de ordem é; sustentabilidade e educação ambiental.

Porém, a mudança rumo à modernização, se torna inevitável em um mundo globalizado, de rápidas transformações, de um capitalismo mundial integrado, da busca cada vez maior em produzir bens em todos os setores, dos novos sentidos de trabalho e das relações de trabalho, bem como outras relações entre os seres humanos, assim como das continuas desigualdades sociais.

Após um período fecundo para melhorias da relação saúde-trabalho, no último século, teve lugar o estudo de melhorias da saúde física do trabalhador. Porém, o trabalho e os afetos a ele relacionados eram considerados como não relevantes, pois o que mais se privilegiava estava ligado à capacidade de trabalhar do indivíduo, Sznclwar, et al (2011). O estudo do sofrimento mental que resulta da organização do trabalho é mau conhecido pelos próprios trabalhadores, ocupados que estão em seus esforços para cumprir suas obrigações trabalhistas, afirma Dejours (2015).

Este é o objeto de estudo da psicopatologia do trabalho, novo campo de estudo interdisciplinar, que busca discutir as relações entre trabalho e vida mental, que escapam a outras ciências humanas. Alguns aspectos da abordagem da psicopatologia do trabalho de Cristophe Dejours contribuíram com nossas análises sobre a QV no exercício docente. Estes temas foram discutidos no capítulo 3 sobre as Psicopatologias do Trabalho.

Abordar estas questões de QVT, nos aproxima da discussão sobre a QV no exercício docente. O professor apesar de exercer uma profissão com características diferentes de muitas outras, pois é uma profissão de interações humanas, para melhor cumprir o seu papel, necessita ter acessível a si, as mesmas satisfações no exercício profissional.

Em uma primeira análise, ter QV pressupõe ter satisfeitas todas as necessidades básicas, previstas na constituição (1988) no art. 3º parágrafo IV que cita: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, portanto é direito de todos a promoção de bem estar, ao alcance de qualquer cidadão, e nesse ponto os professores também se incluem.

Ter QVT pressupõe cuidados com diversos aspectos que compõem a nossa vida diária. No exercício docente, a falta da QVT do professor, interfere na qualidade de seu trabalho, e isso interfere na QV dos alunos, pois a qualidade da aprendizagem fica comprometida. Assim, a QV de professores e alunos é um aspecto a ser considerado no processo de ensino/aprendizagem e na construção de uma vida saudável e produtiva. Na formação de professores, propomos este estudo com duas finalidades interligadas: melhorar a atuação do futuro professor com seus alunos nesses aspectos e as condições de trabalho dos mesmos.

Na LDB, Lei nº 9.394/96 encontramos no art. 2º que: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

2.3. QUALIDADE DE VIDA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Entendemos que refletir sobre QV na formação docente, pressupõe uma inter-relação com políticas nacionais de ações afirmativas, ambientais e dos direitos humanos, pautadas na legislação nacional.

Como defende Novaes, esta reflexão nos faz visualizar diferentes formas de viabilizar a vida humana e de todo o sistema que mantém esta vida saudável, necessitando, portanto serem trabalhadas no processo educacional.

Como afirma Thomas Berry no prefácio de O’Sullivan (2004), “impossível haver seres humanos sadios num planeta doente”.

Poderíamos definir como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacionalidade e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo

constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade.
(GOMES, 2000, P.90)

Por outro lado, Novaes (2015), considera que a Educação Ambiental está inserida em um processo educacional maior, que pressupõe a formação de sujeitos responsáveis para com os outros, com o ambiente em que vivem e com as futuras gerações. De acordo com Carvalho (2012), trata-se da construção de um sistema de valores que se traduz em uma visão de mundo orientadora dos posicionamentos do sujeito em todos os espaços e circunstâncias de sua vida. Assim, esse projeto maior busca uma visão teórico-metodológica de humanização para construir a compreensão das questões que afetam as relações entre diversos grupos humanos e com seu ambiente, e nelas intervirem criando soluções para os problemas ali existentes.

No universo daquilo que chamamos ambiente, ainda segundo Carvalho, é comum que o trabalho pedagógico recaia sobre as interações com o ambiente natural. Dessa forma, defende essa autora, corre-se o risco de reduzir o meio ambiente à natureza, vista como o espaço do natural, em contraposição ao mundo humano. Essa lente 'naturalista' é um dos polos em oposição aos quais as práticas de Educação Ambiental crítica têm reivindicado novas leituras e interpretações.

Assim sendo, os princípios do desenvolvimento educacional de políticas afirmativas estão associados aos princípios das políticas ambientais, e ambos não podem se dissociar dos princípios socioeducativos gerais, afirma Novaes (2015). A gestão destas políticas na instituição escolar poderá ser vista como um único processo que considere a construção dos caminhos essenciais à QV e sua sustentabilidade.

Lidar adequadamente com as questões ambientais e de políticas afirmativas, como propõe a legislação brasileira para a educação, pressupõe não apenas o trabalho didático com essas questões, mas também vivenciá-las no ambiente escolar. Nossos valores estão naquilo que fazemos, e não no que se diz que deve ser feito. Na esteira do desrespeito às questões ambientais e à diversidade nos relacionamentos, podem-se encontrar comportamentos capazes de inviabilizar a convivência saudável entre o homem e a natureza e entre os homens. (NOVAES, 2015, p.18).

A legislação brasileira harmoniza defesa do meio ambiente com justiça social para uma vida humana e sustentável continua afirmando Novaes. Essa autora fez uma análise na legislação educacional, que aponta as responsabilidades da

educação neste processo. Em sua pesquisa, uma das justificativas dos professores para não incluir estes temas em suas disciplinas foi o desconhecimento da legislação.

Queremos frisar, que apenas a Legislação não é capaz isoladamente de resolver as questões dos problemas que interferem tanto na formação docente, como a falta ou não de uma satisfatória QV em seu exercício docente. Porém, a legislação é um marco legal de apoio para iniciativas que beneficie estes aspectos.

Assim, continua a autora observando que a lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e a Resolução 4/2010, que definem diretrizes gerais para a Educação Básica no Brasil, apontam como finalidade da educação nacional preparar para a vida, para o mundo do trabalho, para os estudos posteriores e para o aprendizado permanente. Assim, o trabalho do professor, na Educação Básica, pressupõe não apenas o conhecimento de conteúdo específico, didático e pedagógico, mas também habilitar as pessoas para que atuem de forma eficiente nos diversos contextos da vida.

Como afirma Giroux (1997), os professores devem combinar ação e reflexão para fortalecer os estudantes com conhecimentos necessários para interpretar o mundo criticamente e mudá-lo quando necessário.

A Política de Educação Ambiental brasileira propõe integração com a ciência e a tecnologia, o que se traduz por orientações voltadas ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias para o uso racional de recursos ambientais. Outros objetivos dessa política são a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais e do equilíbrio ecológico, para manutenção da qualidade ambiental.

O capítulo IV da constituição federal de 1988 é dedicado ao meio ambiente. Com base no que nela consta, a lei 9795/1999 institui a Política Nacional de Educação Ambiental e especifica seus princípios e objetivos:

Art. 1.º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2.º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Art. 3.º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: [...].

II. Às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; [...].

Art. 5.º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I. O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II. A garantia de democratização das informações ambientais;

III. O estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV. O incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V. o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI. O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII. O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade. (Lei 9 795/1999)

As determinações acima citadas estão contempladas na legislação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e nas diretrizes de todos os cursos implantados no IFSP. No título VII, capítulo I, art. 43, da resolução 4/2010, que define diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica, consta:

§ 3.º A missão da unidade escolar, o papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, as questões de gênero, etnia e diversidade cultural que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes do projeto político-pedagógico, devendo ser previstas as prioridades institucionais que a identificam, definindo o conjunto das ações educativas próprias das etapas da Educação Básica, assumidas de acordo com as especificidades que lhes correspondam, preservando a sua articulação sistêmica. (BRASIL, 2010)

A lei 11.892/2008, de criação dos Institutos Federais, traz em seu bojo preocupações com questões sociais e ambientais, em articulação com outras políticas nacionais. Descreve na seção II as finalidades e características dessas instituições:

IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais,

identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Por outro lado, a lei federal 12.288/2010 institui o estatuto da igualdade racial, define ações afirmativas – como os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção de desigualdades raciais – e promove a igualdade de oportunidades entre todos, além de defender o fortalecimento de uma identidade nacional brasileira. Orienta as ações para coibir toda forma de discriminação: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, gênero, cor, descendência, origem nacional ou étnica que vise anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social e cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

A seção II do capítulo II dessa lei é inteiramente direcionada à missão da educação nesse processo. Estabelece que o poder público incentive instituições de ensino superiores públicas e privadas a incorporar nas matrizes curriculares dos cursos de formação de professores temas que incluam valores concernentes à pluralidade étnica e cultural da sociedade brasileira. Incentiva também o estabelecimento de programas de cooperação técnica, nos estabelecimentos de ensino públicos, privados e comunitários, com as escolas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e ensino técnico, para a formação docente baseada em princípios de equidade, de tolerância e de respeito às diferenças étnicas.

Conta-se também com a lei 10.948/2001, que pune a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero em São Paulo; a lei 10.741/2003, que institui o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos; a lei 11.340/2006, denominada “Maria da Penha”, que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher; a lei 11.645/2008, que altera a LDB, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e cultura afro-brasileira e indígena’ nos currículos da educação básica.

Constata-se que a legislação brasileira, no que se refere às políticas públicas e governamentais voltadas a questões sociais e ambientais, plantou sementes para a construção de uma vida humana sustentável, mas estas necessitam de solo fértil para germinar, além de requererem quem possa cultivá-las até que se transformem em frutos desse desenvolvimento no país. Consideramos como solo fértil o ambiente escolar, e o cultivo almejado poderão ocorrer por meio da formação oferecida nesse ambiente. (NOVAES, 2015, p.13).

Embora nosso país avance na formulação de instrumentos legais, enfrentamos dificuldades em sua efetivação:

A herança histórica do Brasil, de um país com cultura escravocrata, de mando, submissão, violências de diversas naturezas, e fundamentada em modelos políticos ditatoriais e do capitalismo, não contribui para a efetivação das leis e do conjunto dos direitos. (SILVA; TAVARES, 2012, apud NOVAES, 2015, p.18).

Assim, alguns aspectos que fazem parte da cultura do povo não mudam apenas por força de decretos e disposições legais. A mudança cultural é essencialmente mudança educacional, afirmam Silva e Tavares (2012).

O ex-ministro Joaquim Benedito Barbosa Gomes, na citação que segue ratifica que nossa legislação não foi capaz de garantir os direitos iguais, constantes na Constituição Federal e expõe porque surgiu a política de ações afirmativas.

A concepção de uma igualdade puramente formal, assente no princípio geral da igualdade perante a lei. Começou a ser questionada, quando se constatou que a igualdade de direitos não era por si só, suficiente para tornarem-se acessíveis a quem era socialmente desfavorecido às oportunidades de que gozavam os indivíduos socialmente privilegiados. Importaria, pois, colocar os primeiros ao mesmo nível de partida. Em vez de igualdade de oportunidades, importava falar em igualdade de condições. (GOMES, 2000, p.88)

Nesta obra, esse autor apresenta a ação afirmativa como um conjunto de instrumentos político-sociais que visam à concretização do princípio constitucional da igualdade para todos. Aborda as dificuldades para negros e pobres em relação ao acesso a estudos acadêmicos afirmando que: “Nosso segregador sistema educacional, tradicionalmente, por diversos mecanismos, sempre reservou aos negros e pobres em geral uma educação de inferior qualidade” (GOMES, 2000, p.86).

No Projeto de Lei nº 3.627/2004, é instituído o sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior.

Ainda que o sistema de cotas seja uma das mais polêmicas das políticas afirmativas, chama a atenção da população para essa e outras questões. Da união de todos em questionamento aos problemas vividos podem emergir outras soluções, até que essa política, concebida como temporária, não seja mais necessária. (GOMES, 2000).

Neste aspecto, entendemos que os direitos iguais a que se refere a legislação necessitam de ações para ser estendidos a todos os setores, quer seja no trabalho, em relação à política, ou em qualquer atividade ou serviço em nosso país.

A pesquisadora Novaes na pesquisa que fez com servidores do IFSP, apresenta a justificativa de uma professora do IFSP, para não trabalhar com políticas afirmativas, e resume as manifestações de outros professores:

Prof. 5. Não trabalho esses temas, porque tenho muitas dúvidas. Meu medo é fazer uma discussão sem conhecimento da legislação e usar o senso comum. Aí penso que é pior do que calar. Sinto falta de formação para essa atuação. (p.85).

O objetivo geral da Política Nacional do Meio Ambiente é preservar, melhorar e recuperar o meio ambiente. Preservar consiste na busca da manutenção do estado natural dos recursos naturais, impedindo impactos negativos da ação humana. Melhorar pressupõe a busca de qualidade ambiental por meio da ação humana. Recuperar, segundo Farias (2006), é buscar o *status quo* de uma área degradada por meio da intervenção humana, para que ela volte a ter as características ambientais de antes. No entanto a recuperação, segundo esse autor e muitos ambientalistas, é tarefa mais difícil, e em alguns casos impossível, em função das características do dano ambiental produzido. Assim, podemos atuar de maneira mais efetiva buscando ações para preservar e melhorar o meio ambiente.

Nesse aspecto, a pesquisa de Novaes, identificou que 4,5% dos professores do IFSP, estão engajados em projetos e pesquisas, tanto no âmbito do PIBID, quanto de pesquisas com alunos do ensino médio integrado e superior. Estes professores e alunos têm trabalhos importantes que poderiam ser socializados com aqueles que se mostram sensibilizados com estas questões, mas não se sentem preparados para atuar, como declarado.

Discutir políticas afirmativas e ambientais é de certa maneira abordar os direitos que todo ser humano deveria ter a seu dispor e que por diversas razões deixam de ser atendidos, e estas questões veremos nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Consta no PARECER CNE/CP Nº 8/2012 que dispõe sobre os Direitos Humanos, que são frutos da luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana.

Nesse processo, a educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social. Assim sendo, a educação é reconhecida como um dos Direitos Humanos e a Educação em Direitos Humanos é parte fundamental do conjunto desses direitos, inclusive do próprio direito à educação. (p. 515)

As profundas contradições que marcam a sociedade brasileira indicam a existência de graves violações destes direitos em consequência da exclusão social, econômica, política e cultural que promovem à pobreza, as desigualdades, as discriminações, os autoritarismos, enfim, as múltiplas formas de violências contra a pessoa humana. Estas contradições também se fazem presentes no ambiente educacional (escolas, instituições de educação superior e outros espaços educativos). (p.515)

O texto desse parecer analisa a educação em direitos humanos como preocupação com a formação do indivíduo com seus direitos e responsabilidades, influenciando na construção e consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos de seus direitos.

Visa também que todos se preocupem não apenas consigo mesmo, mas respeitando e promovendo os direitos das demais pessoas. Essa é uma conquista individual difícil, necessitando da cooperação de uma ampla variedade de sujeitos e instituições, incluindo-se a instituição escolar.

Neste aspecto, vale notar que Giroux (1997), sugere que o professor esteja preparado para intervir na aprendizagem de seus alunos e na preparação para serem cidadãos ativos e críticos. Para esse autor, os professores são vistos como profissionais transformadores da sociedade.

Nossa Constituição determina no art. 5º do Capítulo I (Dos direitos e deveres individuais e coletivos) que: “Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Portanto, se detentores dos direitos humanos, os meios suficientes para viverem de maneira digna estariam favorecidos.

Neste aspecto, as instituições educacionais têm sua parcela de responsabilidade no cumprimento do que determina a Constituição Federal do Brasil.

Fala-se no que é dever e responsabilidade das instituições com relação às mudanças nos aspectos educacionais, porém Giroux afirma que os especialistas que definem os rumos educacionais e que estão muitas vezes afastados da realidade cotidiana da vida em sala de aula são os que determinam aquilo que os professores devam cumprir.

Portanto na prática, estes educadores ficam engessados seguindo uma legislação, que lhes cerceiam a atuação, ficando comprometido seu trabalho, onde os direitos de professores e alunos não são respeitados, segue afirmando Giroux (1997).

Nota-se que a inter-relação entre as políticas afirmativas, ambientais e a legislação sobre os direitos humanos a todos os cidadãos poderão privilegiar a manutenção e a promoção da QV, podendo propiciar uma vida mais feliz e saudável a todos, indistintamente de sua posição social, desde que sejam respeitados estes direitos.

No que se refere ao nosso trabalho, que tem como proposta a formação docente aliada a QV, esta legislação ratifica o fato de que as políticas públicas servem de suporte para os profissionais da educação, e poderá oferecer subsídios para a consubstanciação dos objetivos do plano de ensino interdisciplinar que propomos.

Como já foi dito neste trabalho, apenas o fato de constar na legislação brasileira orientações para inserção nos cursos superiores em geral e nas licenciaturas, destes temas, não é garantia de que os mesmos assim o sejam. É necessário ir além, e buscar esforços conjuntos para a efetivação destes pressupostos, o que buscamos ao propor este trabalho.

2.4. EDUCAR PARA A QUALIDADE DE VIDA

Diversos pesquisadores afirmam que uma nova perspectiva para a vida humana nos move neste início de século, requerendo que troquemos nossas lentes para visualizar as mudanças necessárias à educação no século XXI. Tomamos consciência de que a evolução do progresso científico não está afinada com a

evolução humana e nem com a manutenção da vida na Terra. O crescente mal-estar social e a fragilidade nas relações interpessoais, que contrasta com o gigantismo das inovações tecnológicas é bastante discutido por muitos autores. (Novaes, 2015).

Estabelecemos a seguir uma discussão com base na defesa que Edmund O'Sullivan faz da importância da educação para a QV, no nono livro da Biblioteca Freiriana, intitulado *Aprendizagem transformadora: uma visão educacional para o século XXI*, publicado em 2004.

Nosso planeta manda-nos sinais de perigo, ele está em apuros. Visando obter lucro dilapidamos nosso planeta afetando as reservas naturais. Isto não só afetou os países desenvolvidos, mas todo o globo terrestre. Os poderosos e nós outros que não detemos nenhum poder, indistintamente hoje, sofremos igualmente, por milênios de exploração daquilo que o planeta nos oferece, afirma O'Sullivan (2004).

Um olhar detalhado poderá verificar as inter-relações, entre saúde do planeta e aquilo que irrefletidamente consideramos QV.

As dimensões básicas da perspectiva humana são sobrevivência e transformação, ou seja, paz e desenvolvimento interligados. A condição humana contemporânea caracteriza-se por recessão em ambas as dimensões e a visão de um futuro humano integrado, com base em laços de solidariedade e de destino comum, está apagada. (KOTHARI, 1988 apud O'SULLIVAN, 2004, p.39).

Vivemos os últimos dias do mito do crescimento ilimitado e da tecnoutopia, da religião do Shopping Center... É compreensível a nossa relutância em abrir mão de nossos hábitos de consumo exagerado e de otimismo cego. Chegou a hora da morte do ego e da longa jornada de transformação. (KEEN, 1994 apud O'SULLIVAN, 2004, p.39).

Nossos problemas atuais não são passíveis de remédios nem de soluções fáceis. Nós, do mundo minoritário (primeiro mundo), temos de enfrentar e de resolver os problemas de qualidade de vida que criamos para nós mesmos e, também, assumir a responsabilidade pelo quanto esse modo de vida degradou o modo de vida de inúmeros povos do mundo majoritário e de nosso próprio mundo. (O'SULLIVAN, 2004, p. 341).

A visão desse autor, preocupado com a situação de nosso planeta e a consequência dos atos de degradação dos recursos naturais, que geram problemas para o planeta todo, é de que esta deverá ser também a preocupação geral de todos os seres humanos, dos quatro cantos do globo. Uma ação realizada aqui tem reflexo no mundo todo. É como uma pedra lançada na água, que gera como consequência uma onda que se propaga em todas as direções. Devemos ter uma consciência

planetária, pois nossas ações comprometem, para o bem ou para o mal nós mesmos e as gerações futuras.

Tomas Berry escreveu no prefácio de sua obra:

Depois que o dinheiro, tornou-se a medida básica de valorização de tudo, o planeta tornou-se vulnerável aos maus tratos. [...] A vida requer algo além do mecanismo e do valor comercial, ela requer inspiração, presença, beleza, carinho, comunidade. Isso deveria ser óbvio até para a mais simplória das cabeças. Mas, há uma nova consciência tomando forma no mundo todo, a consciência de uma nova era em que os seres humanos estarão presentes na terra de forma cada vez melhor para todos. Participar desta consciência é ao que parece, a única maneira de efetivamente tomar parte em um futuro digno das crianças que virão depois de nós (BERRY, IN: O'SULLIVAN, 2004).

Este autor defende que o papel das instituições escolares é de suma importância na construção desta consciência para enfrentar a crise atual.

Afirma ainda o mesmo autor, que a saída para educar em busca de uma QV somente se realizará passando pela educação do ser humano, sendo, portanto o papel da escola primordial para a aquisição destes conceitos, para que possam incorporar atitudes de preservação do meio ambiente, ecologia, respeito a tudo o que a natureza nos oferece.

Como indicado acima, no importante papel da escola, surge a figura do professor como o interlocutor para que isso aconteça. Porém os professores deverão estar engajados neste processo, e Giroux cita que: “É necessário que uma perspectiva teórica seja desenvolvida, redefinindo a natureza da crise educacional e ao mesmo tempo forneçam as bases para uma visão alternativa para a capacitação e trabalho dos professores” (GIROUX, 1997).

Para este autor os professores deverão ter uma voz coletiva que lhes garantam a possibilidade de exercerem seu papel de agentes transformadores para que a construção desta consciência que O'Sullivan defende possa ocorrer.

A meta mais importante para todas as nações é o crescimento econômico vinculado ao Produto Nacional Bruto (PNB). Segundo o raciocínio de O'Sullivan existe uma importante relação entre consumo e QV:

Vendemos esse sonho de lucro a nosso mundo pelo fetichismo da mercadoria. A força de trabalho comprou a ideia de “padrão de vida”, mas essa é apenas uma frase comparativa para dizer se nosso poder aquisitivo aumentou ou diminuiu em potencial salarial. Padrão de vida não quer dizer qualidade de vida. Nossa visão de mercado

econômico deixou toda nossa cultura com uma crise de significado e de propósito de vida e um sentimento profundo de falta de um lar. (p.342)

Em última instância, temos fome de significado e de propósito de vida. Nossos valores culturais, fixados pelo mercado, aprisionam-nos num cinismo colossal que nos leva a questionar se existe significado mais profundo e propósito maior na vida além do interesse material. (LERNER, 1996 apud O'SULLIVAN 2004, p.342).

Seguindo, observa que quando se pede às pessoas que reflitam seriamente sobre sua vida, é surpreendente o que elas consideram realmente importante. O consumo não é uma prioridade absoluta. As coisas que as pessoas acham significativas em sua vida são a prática religiosa, a conversa, a família e as reuniões da comunidade, teatro, música, dança, literatura, esportes, poesia, atividades artísticas e criativas, educação e apreciação da natureza.

Estas pessoas não perderam a percepção das necessidades profundas do ser humano, que o conduz a uma vida plena. Dessa maneira, afirma que uma educação afinada com a QV deve ter como fundamento as necessidades humanas genuínas. Inspirado em um modelo de Manfred Max-Neef e Martin Hopenhayen (1989), apresenta um quadro para as necessidades humanas fundamentais que permite trabalhar a concepção de desenvolvimento integral. Estes autores descrevem essas necessidades em duas categorias: a existencial: necessidade de ser, ter, fazer e interagir, e a axiológica: necessidade de subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Organizam todas as necessidades associadas a essas categorias numa matriz de necessidades, no Anexo 1.

Segundo O'Sullivan esse modelo é bem sutil ao lidar com as questões espinhosas de nosso tempo. Ao examinar o problema da pobreza mundial, observamos que tradicionalmente, o conceito de pobreza limita-se às dificuldades de pessoas que ficam abaixo de certo limite de renda. Essa concepção economicista não dá conta de uma análise segundo esse modelo, para descrever QV. Podemos dizer que pobreza não é singular, mas que existem pobreza, quando qualquer uma das necessidades fundamentais não é satisfeita. Temos pobreza de subsistência (a falta de abrigo, alimentação...) de proteção (violência, sistema de saúde precário...), de afeto (resultado de autoritarismo, opressão, relações de exploração...) de compreensão (marginalização, discriminação de mulheres, crianças, minorias...) de identidade (imposição de valores diferentes da cultura local, migração forçada...)

entre outras. Os psicólogos criadores deste modelo, afirmam que toda pobreza geram patologias, tema a ser abordado no capítulo a seguir.

Consideramos importante a discussão do que seria necessário, na visão destes autores, nesta matriz sobre o que os seres humanos necessitam para ter a seu benefício às coisas básicas para uma vida plena. Acreditamos ainda, que essa concepção de necessidades humanas fundamentais, propicia uma reflexão para qualificar a QV de uma pessoa x consumismo.

3. PSICOPATOLOGIA DO TRABALHO

A psicopatologia do trabalho, com importantes trabalhos desenvolvidos desde a década de 1950, estuda as relações entre o trabalho e saúde mental, descreve Dejours. “Falar de saúde é sempre difícil. Evocar o sofrimento e a doença é, em contrapartida, mais fácil: todo mundo o faz. Como se, a exemplo de Dante, cada um tivesse em si experiência suficiente para falar do inferno e nunca do paraíso”.

Este autor afirma que “à frente pela saúde”, ou seja, melhores condições de trabalho e saúde raramente foram oferecidas graciosamente pelos parceiros sociais, pois sempre existiu uma correlação de forças entre trabalhadores, patrões e estado.

Estes diferentes elementos concorrem para fazer pensar que, do período atual, deveria emergir o tema da relação saúde mental-trabalho, primeiro como tema de reflexão das organizações operárias, em segundo como objetivo de trabalhos científicos, a exemplo do que se pode observar sobre as condições de trabalho com a medicina do trabalho e a ergonomia. [...] A questão é de importância crucial. A luta pela sobrevivência condenava a *duração excessiva do trabalho*. A luta pela saúde do corpo conduzia à *denúncia das condições de trabalho*. Quanto ao sofrimento mental, ele resulta *da organização do trabalho* (DEJOURS, 2015, p.122).

Segundo este autor, por condição de trabalho, é preciso entender o ambiente físico: temperatura, pressão, barulho, vibração, irradiação, altitude e outros. Ambiente químico: produtos manipulados, vapores e gases tóxicos, poeiras, fumaças e outros. Ambiente biológico: vírus, bactérias, parasitas, fungos, as condições de higiene, de segurança e as características antropométricas do posto de trabalho.

Por organização do trabalho designamos a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade e outras.

Nas condições de trabalho é o corpo quem recebe o impacto, enquanto na organização do trabalho o alvo é o funcionamento mental. Em qualquer caso, os efeitos destas relações em conflito, geram insatisfações e ansiedades com efeitos sobre a saúde.

O objetivo da psicopatologia do trabalho é elucidar o trajeto que vai do comportamento livre ao comportamento estereotipado. Livre, mais que um estado, qualifica uma orientação na direção do prazer.

A descrição do louco na psiquiatria é habitualmente feita por meio da observação de seus comportamentos aberrantes: alucinações, delírios, impulsões. Em psicopatologia do trabalho tenta-se desalojar o sofrimento no que ele tem de empobrecedor, isto é, de anulação de comportamento livre. Essa operação é mais difícil do que a observação direta de um comportamento patológico ou desajustado. A anulação é muda e invisível, e o sofrimento pode ser desconhecido tanto na hierarquia empresarial, quanto pelo próprio funcionário ocupado com esforços para desenvolver seu trabalho.

Segue descrevendo o psicanalista francês sobre as características necessárias ao enfrentamento das condições de trabalho.

As relações do trabalho com a vida psíquica envolvem aspectos subjetivos que vem sendo tratado de maneira muito incipiente pela Ergonomia da Atividade e pela Psicodinâmica do Trabalho, afirmam Sznelwar, et. al. (2011). Segundo esses autores, efeitos de uma cultura histórica de diversas formas de dominação do trabalhador se expressaram em diferentes maneiras como o trabalhar foi concebido e controlado. As visões sobre o ser humano e daquele que está trabalhando, ignoravam a existência do sujeito. Com a evolução da tecnologia, entra em voga a questão da inteligência, entendida como a capacidade do trabalhador de dar conta daquilo que as máquinas e os artefatos exigiriam dele. Caracterizam assim o início do reconhecimento de que há algum tipo de pensamento, de inteligência nas pessoas que poderia ser útil para o processo produtivo, porém em uma visão funcionalista, restrita aos aspectos biológicos, modos de funcionamento e seus limites. Permaneciam sem respostas questões como: Onde estaria o sujeito capaz de sentir, desejar, decidir diante das incertezas do trabalho, de se constituir, se sujeitar, se emancipar? Como se constitui esse sujeito, atuando em diferentes cenários socioculturais e históricos? Como ele poderia ser ator da construção da sua vida profissional, da sua forma de trabalhar e da sua saúde?

Dessa forma, Dejours, afirma que a psicopatologia do trabalho se preocupa com aspectos da vida mental do trabalhador: a emoção, a angústia, a raiva, o sonho, os fantasmas, o amor, e outros sentimentos que escapam a observação objetiva. Esses aspectos, segundo esse autor, podem ser a chave para compreensão de vários pontos ainda obscuros no comportamento humano. A questão que este autor busca responder é: Como fazem os trabalhadores para resistir aos ataques ao seu

funcionamento psíquico provocado pelo seu trabalho? O que fazem para não ficarem loucos?

3.1. DOIS DESTINOS DIFERENTES PARA O SOFRIMENTO: CRIATIVO OU PATOGÊNICO

Segundo Dejours (2000, apud Sznelwar, et. al. 2011), existem situações em que é necessária a criatividade para resolver os desafios que o contexto do trabalho impõe ao trabalhador. A elaboração criativa dos imprevistos e problemas envolve um sofrimento criativo. Porém, quando o trabalhador utilizou todos os seus recursos e não tem mais como mudar a tarefa, surge o sofrimento patogênico. Segundo Molinier (2006, apud Sznelwar, et. al. 2011), o destino do sofrimento criativo é o de se transformar em prazer e em experiência estruturante e o destino do sofrimento patogênico é a doença que surge quando as defesas não cumprem mais suas funções defensivas. O sofrimento patogênico, começa exatamente lá onde a parte criativa do trabalho cessa, afirma este autor.

Esses autores reforçam que a execução de um bom trabalho exige a perfeita associação de todas as qualidades intelectuais, psicológicas e físicas do trabalhador. A satisfação no trabalho tem dois componentes: o conteúdo ergonômico e conteúdo significativo.

No que diz respeito à relação do homem com o conteúdo significativo do trabalho o mesmo autor considera dois componentes: o conteúdo significativo em relação ao sujeito e o conteúdo significativo em relação ao objeto. Durante o trabalho, vários elementos contam na formação da imagem de si. O sofrimento começa quando a evolução dessa relação é bloqueada.

No entanto, observa que nenhum estudo conseguiu provar a existência de uma patologia mental decorrente do trabalho. As descompensações psicóticas e neuróticas dependem, em última instância, da estrutura da personalidade, adquirida muito antes do engajamento no trabalho. A realidade, ou seja, o ambiente social pode favorecer o surgimento de descompensações. Sugere então levar em consideração três componentes da relação do homem com a organização do trabalho:

A fadiga, que faz com que o aparelho mental perca a sua versatilidade; o sistema frustração-agressividade reativa, que deixa sem saída uma parte importante da energia pulsional; a organização

do trabalho, como correia de transmissão de uma vontade externa, que se opõe aos investimentos das pulsões e às sublimações. (DEJOURS, 2015, p.159).

Esse autor ressalta que, o defeito crônico de uma vida mental sem saída, mantido pela organização do trabalho, tem efeito que favorece as descompensações psiconeuróticas. Dessa forma, seus efeitos se inscrevem mais nas possibilidades de tratamento de uma doença mental, do que em seu determinismo.

Por outro lado, o que se observa é que somente o sofrimento físico pode ser reconhecido pela organização do trabalho, enquanto que o sofrimento mental não tem reconhecimento no local de trabalho. De fato, a desorganização à qual sucumbem alguns sujeitos, pode não se traduzir em doenças mentais, mas pelo aparecimento de uma doença somática, e essa tem visibilidade. A única saída para os primeiros é então a medicalização, e ao ser colocado nas mãos de um psiquiatra, o doente não se beneficia de um tratamento realmente eficaz.

É essa a lógica da organização do trabalho, que só permite que o sofrimento mental deixe sua máscara no final de sua evolução: a doença mental caracterizada, afirma segue afirmando o autor.

O autor ainda realça que: o elemento principal é que a organização do trabalho exerce sobre o homem, uma ação específica, cujo impacto é o aparelho psíquico. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual, portadora de projetos, de esperanças e desejos, e uma organização do trabalho que os ignora. Esse sofrimento começa quando o homem, no trabalho já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa para torná-la mais de acordo com suas expectativas, ou seja, a relação homem-trabalho é bloqueada. Assim, disfarçando ou mascarando, o sofrimento só pode ser revelado por meio de uma capa própria a cada profissão, que constitui de certa forma sua sintomatologia.

Mas, o trabalho pode ser favorável ao equilíbrio mental e à saúde do corpo. Pode ser que ele confira ao organismo maior resistência contra a fadiga e a doença. A relação com a organização do trabalho pode ser favorável, em vez de conflituosa, e segundo Dejours (2015), isso acontece quando pelo menos uma de duas condições é realizada:

- I. As exigências intelectuais, motoras ou psicossensoriais da tarefa estão, especificamente, de acordo com as necessidades do trabalhador, de tal maneira que o simples exercício da tarefa está na origem de um prazer de funcionar.
- II. O conteúdo do trabalho é fonte de uma satisfação sublimatória. O trabalhador encontra circunstâncias privilegiadas, onde a concepção do conteúdo, do ritmo de trabalho e do modo operatório, é em parte, deixada ao trabalhador. Ele pode modificar a organização de seu trabalho conforme seu desejo, e no melhor dos casos pode fazer variar conforme seu ritmo biológico, endócrino e psicoafetivo, de acordo com sua vivência. Essas condições são encontradas nas profissões liberais e pesquisadores, por exemplo. Nesse caso, grandes dificuldades são aceitas, eles sofrem como todo mundo, mas o prazer do trabalho lhes permite melhor defesa.

Ainda que não exista a solução ideal, mas, a evolução em sua direção pode ser uma busca. Para isso faz-se necessário tornar consciente e descrever que tipo de homem a sociedade fabrica, por meio da organização do trabalho existente. Neste contexto, o problema é encontrar soluções para por fim à desestruturação de certo número de homens pelo trabalho.

3.2. OS PROFESSORES PERANTE A MUDANÇA SOCIAL: O MAL-ESTAR DOCENTE

No magistério, encontram-se professores desiludidos, amargurados, com saúde debilitada pelo estresse da docência (ESTEVE, 1995). Seguindo com sua teoria cita:

A sociedade parece que deixou de acreditar na educação como promessa de um futuro melhor: os professores enfrentam a sua profissão com uma atitude de desilusão e de renúncia que se foi desenvolvendo em paralelo com a degradação da sua imagem social.

Com a revolução industrial descreve este autor, as transformações sociais e políticas no mundo foram acentuadas e a educação que antes era exclusiva para as elites, aos poucos se tornam acessíveis para todos.

Com a industrialização e o capitalismo, houve a necessidade de se buscar mão de obra para suprir a falta de empregados nas empresas para produzirem os bens de consumo. As escolas tiveram que se adaptar para formarem os artífices que seriam no futuro absorvidos por estas empresas, e necessitavam de mais professores para ministrarem as aulas. Aí começaram os problemas, pois a necessidade de um número grande de profissionais do ensino, fez com que a formação destes professores não fosse plenamente satisfatória.

Esse fato explica parte do desencanto que atinge muitos professores que não foram preparados para redefinir o seu papel perante novas situações, relata o pesquisador espanhol.

A expressão mal-estar docente é um conceito da literatura pedagógica utilizado para descrever os efeitos permanentes, de caráter negativo, que afetam a personalidade do professor, como resultado das condições psicológicas e sociais em que exerce a docência, descreve o autor. Segundo ele, os professores enfrentam circunstâncias de mudança, que os obrigam a fazer mal o seu trabalho. Dessa forma, este é um tema que necessita converter-se em objeto de estudo a fim de interromper o ciclo degenerativo da eficácia docente, defende este autor.

Sobre este desencanto e desilusão, o autor faz uma interessante comparação: A situação dos professores perante a mudança social é comparável à de um grupo de atores, vestidos com traje de determinada época, a quem sem prévio aviso se muda o cenário, em metade do palco, desenrolando um novo pano de fundo, no cenário anterior. Uma nova encenação pós-moderna, colorida e fluorescente, oculta a anterior, clássica e severa. A primeira reação dos atores seria a surpresa. Depois, tensão e desconcerto, com um forte sentimento de agressividade, desejando acabar o trabalho para procurar os responsáveis, a fim de, pelo menos, obter uma explicação. Que fazer? Continuar a recitar os versos, arrastando largas roupagens em metade de um cenário pós-moderno, cheio de luzes intermitentes? Parar o espetáculo e abandonar o trabalho? Pedir ao público que deixe de rir para que se ouçam os versos? O problema reside em que, independentemente de quem provocou a mudança, são os atores que dão a cara. São eles, portanto, quem terão de encontrar uma saída decente, ainda que não sejam os responsáveis. As reações perante esta situação seriam muito variadas; mas, em qualquer caso, a palavra mal-estar poderia resumir os sentimentos deste

grupo de atores perante uma série de circunstâncias imprevistas que os obrigam a fazer um papel ridículo (ESTEVE, 1995, p. 97).

Sabemos que muitos professores conseguem, apesar das dificuldades, realizar trabalhos excelentes. No entanto, nos preocupamos com aqueles que no exercício da docência vivem uma situação delicada, sentindo-se desencantados com o magistério, chegando a alguns casos a terem sua saúde comprometida, afastados das aulas com sérios problemas às vezes até psiquiátricos.

Com relação a esses últimos, o autor cita estudos com professores submetidos a tratamento médico por problemas de saúde mental apontando que 60% destes, apresentaram sintomas do transtorno antes da entrada no magistério. Ou seja, o acesso à profissão docente deveria levar em conta critérios de personalidade e ser evitado por pessoas cuja fragilidade pudesse produzir efeitos psicológicos negativos nos alunos e em si mesmos.

Essa discussão está de acordo com Dejours. Esse autor afirma que nenhum estudo conseguiu provar a existência de uma patologia mental decorrente do trabalho. As descompensações psicóticas e neuróticas dependem, em última instância, da estrutura da personalidade, adquirida muito antes do engajamento no trabalho. No entanto, a realidade pode favorecer o surgimento de descompensações. Assim, como descrito no item anterior o autor francês sugere levar em consideração três componentes da relação do homem com a organização do trabalho: A fadiga, o sistema de frustração-agressividade reativa e a organização do trabalho.

Entendemos que o mal-estar docente, insere-se no que é descrito na psicopatologia do trabalho de Cristophe Dejours, como sofrimento patogênico e seu estudo contribuiria para ajudar o professor a eliminar o desajustamento e como propõe, Esteve, buscar respostas mais adequadas às suas novas interrogações.

Um elemento importante no desencadear do mal-estar docente, descrito por Esteve, é a falta de apoio da sociedade em relação às tarefas educativas, que resulta na falta de compreensão de que os problemas do ensino são problemas sociais que requerem soluções sociais.

Buscamos uma relação com a organização do trabalho favorável e não conflituosa. O psiquiatra francês afirma que disfarçando ou mascarando, o sofrimento só pode ser revelado por meio de uma capa própria a cada profissão, que constitui de certa forma sua sintomatologia.

Assim, no trabalho docente, existe um descompasso entre as tarefas que o professor necessita realizar e a formação que ele recebe para realizar essas tarefas.

A instituição escolar tem se dedicado a alcançar finalidades bastante ambiciosas: difundir as luzes graças à alfabetização, promover uma ética social, formar cidadãos esclarecidos, melhorar o destino das classes trabalhadoras, formar pessoas equilibradas, etc. (TARDIF, 2013, p.77).

A legislação é clara quanto aos objetivos, contudo os meios concretos para atingi-las são entregues aos critérios dos professores, que devem interpretar estes fins em função dos meios de que dispõem, afirma este autor.

Nesse contexto, pode-se perceber a responsabilidade da formação de professores. Não podemos nos surpreender se o professor tiver um “choque com a realidade” ao passar sem preparação adequada, de um TCC na Licenciatura, que abordou um tema altamente especializado, para o enfrentamento da prática de ensinar conhecimentos elementares de matemática e lições para a vida, para uma classe numerosa em uma escola, com alunos carentes de todo tipo de recursos. Pode-se ainda ter alunos com necessidades especiais.

Dessa forma, nosso estudo que buscou trabalhar a QV na formação docente, buscou ampliar essa discussão para minimizar seus efeitos, como apoio ao trabalho de preparar o futuro professor. Por mais que nossa sociedade dê prioridades a valores diferentes, a QV em suas múltiplas dimensões pode ser um ponto de convergência, que permitirá ações que favorecem a busca de soluções para os problemas descritos.

Autores brasileiros também se preocupam com as questões relativas à da síndrome do mal-estar docente. A pesquisadora baiana Tânia Maria de Araújo, doutora em saúde pública pela Universidade da Bahia, estudou as condições de trabalho e de saúde de professores no ensino superior, e relata que os problemas de saúde entre os docentes apresentam-se divididos em três grupos: problemas relacionados à voz, problemas osteomusculares e relacionados à saúde mental. Seus estudos evidenciaram também que: a) as condições objetivas do trabalho confirmam a exposição dos docentes a uma série de problemas de saúde; e b) as formas como o trabalho ou as condições de trabalho se estruturam associam-se aos processos de adoecimento detectados (ARAÚJO, et al, 2005 p.428).

Essa autora afirma que o objetivo de seu trabalho é analisar as condições de saúde e trabalho de professores, a partir de resultados de estudos epidemiológicos

realizados naquele estado, identificando os problemas de saúde mais frequentes e sua associação com as características do trabalho docente, evidenciando o mal-estar docente.

Características do trabalho docente, como trabalho repetitivo, insatisfação no desempenho das atividades, desgaste nas relações professor-aluno, ambiente intranquilo, falta de autonomia no planejamento das atividades, ritmo acelerado de trabalho, desempenho das atividades sem materiais e equipamentos adequados e salas inadequadas associaram-se, positivamente, a níveis estatisticamente significantes aos transtornos mentais identificados nos estudos realizados. Aspectos psicossociais também foram relevantes à saúde mental dos docentes. Trabalho realizado em situação de alta exigência (envolvendo altas demandas psicológicas e baixo nível de controle) (ARAÚJO, et al, 2005 p. 440).

O pesquisador Wanderley Codo, doutor em psicologia, professor titular da Universidade de Brasília, estudando a saúde mental e o trabalho do professor, referiu-se a uma síndrome de desistência do educador, que pode levar à falência da educação: o 'burnout'. O burnout é uma síndrome através da qual o trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho, de forma que as coisas já não o importam mais e qualquer esforço lhe parece ser inútil. Esta síndrome afeta, principalmente, profissionais da área de serviços quando em contato direto com seus usuários. Como clientela de risco são apontados os profissionais da educação e saúde, policiais e agentes penitenciários, entre outros (CODO, 1999 p. 238).

Como já citado, a síndrome do mal-estar docente não afeta somente os educadores de países do 1º mundo. Segundo o relato de autores nacionais, os casos estudados no Brasil, refletem uma similaridade que nos leva a crer que esta questão tem abrangência mundial.

As instituições escolares necessitam voltar-se para as teorias da organização empresarial e adaptá-las ao seu contexto, para que se possa adequar aspectos convergentes e divergentes entre uma empresa qualquer e uma instituição escolar. (Arguin, 1972 apud Novaes 2014).

Enquanto o objetivo de qualquer empresa é o econômico, a instituição escolar visa o desabrochar do homem. Ainda assim, é possível para a instituição escolar beneficiar-se dos avanços observados na administração empresarial, nos aspectos convergentes, sem que com isso se torne uma empresa, pois empresa é empresa e escola sempre será uma escola, pois o produto final de ambas são diferentes, pois

uma empresa tem como produto final um bem perecível, um objeto, e na escola o produto final é o próprio ser humano.

Tardif (2013) faz uma defesa semelhante a essa, ao afirmar que é necessário confrontar fatos produzidos por diferentes sistemas sociais a fim de compreender, para além de sua aparente diversidade, a semelhança de funções e de significados que eles produzem. Uma situação que se mostra convergente é a atuação das melhores e mais conceituadas empresas, para a melhoria da QV dos funcionários como meio de obtenção de melhores resultados.

Em minha experiência profissional nestes 40 anos como professor em escolas particulares como no ensino público, posso afirmar, mesmo não sendo especialista em questões de saúde, que o mal-estar docente tornou-se o grande causador de afastamentos de professores da sala de aula. Presenciei vários colegas de diversas áreas do magistério, desiludidos com a docência por várias questões, sendo que a salarial não era a principal. Quando o professor perde a motivação, perde também a força criativa para superar os obstáculos que lhes são impostos na docência.

Notei que a desvalorização da figura do educador, as questões da própria formação, estrutura física e administrativa das escolas, o desinteresse pelo ensino, entre outras tantas, geraram nestes professores questões sérias com sua saúde física e mental e afastados por questões médicas alguns nunca mais retornaram.

Assim, cabe-nos questionar: Como contribuir com futuros professores na manutenção da QV no exercício docente? Como os professores podem contribuir para a melhoria da QV de seus alunos?

Nosso produto final tenta responder estas questões.

3.3. FORMAÇÃO DOCENTE: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE EDUCACIONAL.

Enquanto nas empresas, estudos sobre melhorias do clima organizacional tornou consenso a necessidade de se buscar a QVT, propiciando satisfação para os funcionários, prazer nas atividades profissionais, valorizando a pessoa humana, em um ambiente sadio e feliz, com remuneração digna, no ambiente educacional, ainda é incipiente esta busca.

Na educação é necessário confrontar fatos produzidos por diferentes sistemas sociais a fim de compreender, para além de sua aparente diversidade, a semelhança de funções e de significados que eles produzem, Tardif (2013). Portanto, afirma esse autor, é necessário abrir um novo campo de pesquisa, voltado para a análise do trabalho docente situado na encruzilhada de diversas disciplinas e teorias relacionadas entre si: sociologia do trabalho e das organizações, ciências da educação, ergonomia, ciências cognitivas, entre outras.

A docência é uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu objeto de trabalho, que é justamente outro ser humano. Assim, chama de interativo este trabalho sobre e com outrem e afirma que cabe-nos questionar como ele é vivenciado por todos que o realizam. Cabe-nos também compreender como seres naturais, em parte socializados pela família, tornam-se, por meio das práticas dos agentes escolares educativos, em trabalhadores qualificados, cidadãos esclarecidos, adultos instruídos e educados ou, ainda, excluídos, marginais, assistidos sociais, etc. O que é frequentemente esquecido ou negligenciado na educação, é que a instituição escolar, da mesma forma que uma indústria ou um sistema hospitalar, repousa em última instância sobre o trabalho realizado por diversos grupos de agentes. Portanto, é imperativo que o estudo da docência se situe no contexto mais amplo da análise do trabalho dos professores e mais amplamente, do trabalho na instituição escolar, como resultado do trabalho dos diversos grupos, conclui Tardif (2013).

Um grande número de pesquisadores se dedica ao estudo do fracasso escolar, onde a evasão e a repetência assustam pelos altos índices. No entanto, encontramos poucos estudos que levem em consideração a insatisfação dos professores no magistério e a possibilidade de existência de correlações entre a insatisfação dos professores e o fracasso escolar, da forma como acontece nas empresas. Como descrito anteriormente, no ambiente empresarial a qualidade dos produtos e serviços é associada à QV dos funcionários, como premissa para uma boa gestão. Defendemos que esse é um aprendizado conveniente para o ambiente educacional.

O estudo de Esteve (1995), leva em consideração a insatisfação dos professores no exercício do magistério. O termo mal-estar docente, a que se refere este autor, resume o conjunto das reações dos professores, como profissional desajustado frente a mudanças sociais. Discute o desencanto que muitos

professores sentem durante o exercício da docência. Afirmar que não se pode atribuir somente aos professores a eliminação deste desajustamento, sendo necessário um trabalho conjunto envolvendo toda a sociedade no geral, os governos, os cursos de formação de professores, gestores educacionais, pais e alunos. Porém, este autor reforça a importância de uma ação preventiva no âmbito da formação inicial, no sentido de evitar o mal-estar docente.

É preciso fazer um planejamento preventivo que retifique erros e incorpore novos modelos no período de formação inicial, evitando que aumente o número de professores desajustados. As mudanças no papel do professor e as profundas modificações no contexto social e nas relações interpessoais ao nível do ensino obrigam-nos a repensar o período de formação inicial. (ESTEVE, 1995, p.117)

Ao falar sobre o mal-estar docente, não estamos fazendo apologia sobre o negativismo da profissão do professor, mas é nosso dever neste trabalho sermos objetivos e mostrar as dificuldades no magistério.

Fazendo um contraponto nesta questão, queremos citar um autor que se preocupa com a formação docente e com a atuação do professor em sala de aula fornecendo elementos para auxiliar os educadores na árdua tarefa de educar.

Shulman (2005) nos fala sobre conhecimento e ensino, e em seu livro, por meio do exemplo de uma professora veterana de 25 anos de magistério, Nancy, descreve como ela conseguiu transmitir aos alunos tudo o que era necessário e indispensável para que estes tivessem sucesso em seu aprendizado.

Segue o autor afirmando que se fosse possível organizar os conhecimentos do professor em um manual, haveria uma lista encabeçada com no mínimo sete conhecimentos: 1) Conhecimento do conteúdo – 2) Conhecimento didático geral – 3) Conhecimento do currículo – 4) Conhecimento didático do conteúdo – 5) Conhecimento dos alunos e de suas características – 6) Conhecimento dos contextos educativos e 7) Conhecimento dos objetivos, das finalidades e dos valores educativos e dos seus fundamentos filosóficos e históricos.

A formação que propomos neste trabalho, contribui com o preparo do professor nos conhecimentos de nº 5º, 6º e 7º, e oferece subsídios para nos referenciar na elaboração de nosso produto final. Segundo Shulmann:

5º conhecimento: **Conhecimento dos alunos e suas características** → O professor não somente deve conhecer a fundo a matéria específica que ensina, como também, deve possuir uma ampla formação humanista, que facilita a

aquisição de novas compreensões. Frente à diversidade dos alunos, o professor precisa de uma compreensão que lhe permita explicações alternativas para um mesmo princípio ou conceito.

6º Conhecimento: **Conhecimento dos contextos educativos** → Engloba desde o funcionamento do grupo ou da classe, da gestão e financiamento dos distritos escolares até o caráter das comunidades e culturas.

7º Conhecimento: **Conhecimento dos objetivos, das finalidades e dos valores educativos e dos seus fundamentos filosóficos e históricos** → Muitos trabalhos que difundem os resultados de investigações empíricas, também servem como fontes de divulgação dos conhecimentos de base, afirma Shulman. Algumas pesquisas se concentram na identificação dos comportamentos e estratégias do professor, que com maior probabilidade vão suscitar um progresso e rendimento acadêmico dos alunos. Tais conclusões podem estar mais associadas ao ensino de destrezas. Assinala que o ensino efetivo tem menos a oferecer quando está mais voltado ao ensino de uma habilidade, como multiplicação do que a interpretações críticas.

Assim, entendemos como parte da responsabilidade da formação inicial de professores, se preocuparem com estes aspectos. Se não compreendemos que formar um professor não se resume apenas em prepará-lo para o domínio teórico e didático dos conteúdos das disciplinas que irá ministrar, professores maus formados continuarão a chegar às escolas. Em número reduzido, como afirmam as pesquisas sobre a carência de professores no Brasil, a possibilidade de redução do quadro profissional de professores, por problemas mentais nas escolas, torna-se realidade indesejada.

4. SAÚDE NO AMBIENTE ESCOLAR

4.1 SAÚDE MENTAL, PROBLEMAS MENTAIS E TRANSTORNOS MENTAIS

Atualmente muito se fala na questão de saúde em todos os ambientes da vida do ser humano. No ambiente escolar, além dos problemas comumente enfrentados, somam-se as novas políticas de inclusão social, nas quais os professores e alunos necessitam enfrentar o desafio de conviver com portadores de deficiências físicas ou mentais, em um mesmo espaço. Ao mesmo tempo em que aumentam os desafios no setor educacional, também se pode contar com nova compreensão de saúde e avanços científicos em estudos que contribuem com esse processo. Necessitando para isso como defendem Estanislau & Bressan (2014), “empoderar” o professor, com a capacitação necessária para lidar adequadamente com esses desafios.

Discutimos neste capítulo a saúde física e mental com foco no ambiente escolar, pois defendemos, neste trabalho, que esse é um componente relevante para a formação integral do professor.

Existem vários estudos a respeito de problemas de saúde em diversas áreas do conhecimento. No Brasil, esta questão vem ganhando cada vez mais importância, com os novos avanços da neurociência. Modernos exames de imagem permitem ver o cérebro em funcionamento. Esse fato permite discutir com menos estigmas, as questões relacionadas à saúde mental, especialmente nas escolas. Estanislau & Bressan afirmam que nas últimas décadas, uma nova compreensão de saúde se desenvolveu, extrapolando conceitos puramente biológicos, passando a considerar sintomas como fenômeno resultante da interação entre diversos fatores biossociais e colocando o processo entre saúde e doença em um *continuum*.

A discussão que segue tem base no trabalho dos psiquiatras Gustavo Mechereffe Estanislau, que estuda a infância e a adolescência, ligado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Rodrigo Affonseca Bressan, neurocientista da UNIFESP, organizadores do livro “Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber”. Esses autores, juntamente com outros autores psicólogos, médicos, biólogos, psiquiatras, neuropsicólogos, nutricionistas, psicopedagogos e educadores trazem de maneira didática muitas contribuições para os professores sobre as questões da saúde mental, problemas mentais e dos

transtornos mentais na escola, e distinguem cada uma destas questões como segue:

Saúde mental: De maneira geral se acredita que crianças e adolescentes saudáveis são aqueles que apresentam desenvolvimento cognitivo, emocional e social satisfatórios para a idade, fatores esses que definem a capacidade de adaptação aos desafios da vida. No dia a dia, esses jovens são curiosos, aprendem, fazem vínculos, brincam, desenvolvem estratégias para resolver problemas e, de maneira geral, apresentam boa QV. Eventualmente, situações cotidianas geram algum tipo de tensão mental. Essa tensão é um sinal de que algum tipo de adaptação é necessário, de maneira que ela faz parte do desenvolvimento de mecanismos de proteção. Portanto estas respostas positivas nos fazem perceber que estes indivíduos estão em uma situação fora dos quadros de problemas mentais. Os que não conseguem responder satisfatoriamente podem demonstrar ou não problemas de saúde mental.

Problemas mentais: Seriam segundo os autores, condições intermediárias, mais amenas do que os transtornos mentais, podendo surgir em dois tipos de ocasião. Primeiro: diante de situações em que a tensão mental é muito intensa e a adaptação se torna difícil (como em alguns casos de divórcio dos pais, perda de um ente querido ou rompimento de uma relação afetiva). Segundo: quando pequenas falhas no desenvolvimento psicológico, social ou cognitivo do jovem (podendo ou não ser acompanhadas por problemas comportamentais) acabam prejudicando sua capacidade adaptativa. Nesses casos, eventos corriqueiros (como fazer uma tarefa ou brincar com os amigos) podem se tornar grandes desafios. Nessas situações, passageiras e sem grande prejuízo, amigos, família e outras figuras de referência podem ajudar. Porém nas situações em que os prejuízos são mais significativos, mais duradouros, bem como na falta de figuras de suporte, o acompanhamento de um profissional da saúde pode ser adequado.

Transtornos mentais: Os transtornos mentais são condições muito variáveis. Por exemplo, algumas pessoas podem vivenciar um transtorno mental e mesmo assim continuar levando sua vida de maneira produtiva, como em casos de transtornos de ansiedade menos intensos ou em casos de transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade (TDAH) leves, nos quais a pessoa aprende ou é orientada a se adaptar aos sintomas. Além disso, a pessoa pode apresentar um transtorno de característica recorrente, atravessando períodos de ausência de sintomas entre

crises. No entanto, há, também, alguns transtornos gravemente incapacitantes, que geram prejuízos enormes ao indivíduo, à família e à comunidade.

Os transtornos mentais ocorrem pela interação de fatores individuais (biológicos, genéticos, psicológicos), sociais (condições financeiras, de moradia, rede de suporte, cultura, etc.) e ambientais (influência dos pais, qualidade dos amigos e da escola, exposição a eventos estressores, etc.) e nem sempre precisam ser desencadeados por uma situação específica (BILYK, B.F.; CUNHA, G.R.; ESTANISLAU, G.M.; ROSÁRIO, M.C., 2014, p.27).

A escola é o local primordial para promoção e prevenção da saúde física e mental em alunos. Dado que os professores ficam muito tempo com os alunos e podem observá-los em diferentes contextos. Diferente dos pais que convivem apenas com os próprios filhos. (Kuntcher; Wei; Estanislau, 2014).

Para tanto segundo os autores, estes teriam que ser capacitados pelos departamentos de saúde dos estados e das cidades, a fim de colaborar para a identificação precoce e encaminhamento dos alunos com transtornos mentais para os especialistas.

Estes autores citam pesquisas apontando que a maioria dos transtornos mentais acontece na fase da infância e da adolescência, portanto se detectados precocemente, poderão ser tratados e reduzir o avanço do desenvolvimento da doença e até mesmo evitar o seu desenvolvimento.

Muitos pais não conseguem identificar transtornos em seus filhos, portanto o papel das escolas e de seus professores será de auxílio aos seus alunos e orientação às famílias sobre a necessidade de encaminhamento para especialistas.

Tanto problemas mentais, quanto transtornos mentais, segundo estes psiquiatras, em sua grande maioria causam rendimento acadêmico inferior, desinteresse, evasão escolar, envolvimento com questões legais, problemas emocionais/ comportamentais, se não detectados e tratados.

Esses autores descrevem os principais transtornos mentais que podem ser precocemente identificados e os sintomas que ajudam os professores a identificá-los. Esclarecem que o papel do professor bem orientado seria apenas de identificação e não de diagnóstico, esse, somente uma equipe médica especializada está apta a fazer. Alguns deles são: Transtornos de ansiedade (transtorno de ansiedade generalizada, ansiedade de separação e fobia social) – Transtorno obsessivo- compulsivo – Transtorno do humor (depressão e transtorno bipolar) – Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade (TDAH) – Transtornos de

aprendizagem — Transtornos do espectro autista – Drogas – Transtornos alimentares.

No plano de ensino interdisciplinar, produto final deste trabalho, existe um tópico que discutirá com os professores os sinais precoces de que um aluno poderá vir a desenvolver um destes transtornos ou um problema, bem como, se já apresenta sinais do transtorno ou problema desenvolvido.

Como as escolas não podem e nem devem negar o direito aos alunos portadores destes transtornos, segundo nossa constituição federal, ocorrem às vezes uma segregação destes por parte dos outros alunos, o que em muitos casos, agravam estes transtornos, portanto toda a comunidade escolar deve servir de apoio e auxílio a estes que no momento precisam de atenção e carinho.

Estes alunos sofrem ao que os autores chamam de estigma. Sofrem pelo isolamento que alguns promovem, estigmatizando-os, rotulando-os e assim segregando-os e deixando-os de lado, como se fossem da pior espécie possível.

O estigma é um conjunto de atitudes e crenças negativas que levam o público em geral a temer, rejeitar, evitar e discriminar os portadores de algum transtorno mental. O estigma está relacionado a três componentes básicos: falta de informação – preconceito – discriminação.

Uma questão que causa insegurança nos segmentos que tratam desta questão polêmica é com relação à medicalização de nossos alunos nos ambientes educacionais, e sobre isso Estanislau e Bressan posicionam-se a respeito: “O senso de impotência diante dos transtornos (reais ou não) acaba acarretando uma crescente dependência da figura médica, supostamente portadora de soluções rápidas, que culminam em grandes controvérsias, como a medicalização”.

Sobre isso, o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), enviou recomendações do Ministério da Saúde (MS) para adoção de práticas não medicalizantes.

Em 17 de fevereiro de 2016 a SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão), por meio do Ofício Circular nº 01/2016, encaminhou aos sistemas de ensino as Recomendações do Ministério da Saúde para adoção de práticas não medicalizantes e para a adoção de protocolos estaduais e municipais de dispensação do metilfenidato na perspectiva de prevenir e combater a excessiva medicalização de crianças e adolescentes.

Esta iniciativa se justifica face à preocupante constatação de que o Brasil é o segundo mercado consumidor mundial de metilfenidato, medicamento conhecido pelos nomes comerciais de “ritalina” e “concerta”, sendo que a venda deste medicamento aumentou em 775% na última década. Os dados do Ministério da Saúde, a partir da experiência de alguns municípios, demonstram que a adoção de protocolos orientadores contribuem significativamente para reduzir a prescrição desnecessária do medicamento.

A implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos apontam para a construção de uma educação que valorize as diferenças e reconheça os direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais ou coletivos, no sentido de promover a igualdade e a garantia da dignidade humana. O MEC, portanto, orienta as Secretarias de Educação para evitar que situações de natureza pedagógica e/ou social sejam confundidas com distúrbios, transtornos ou doenças.

4.2. ATENÇÃO PLENA (MINDFULNESS)

Vivemos num mundo frenético, onde tudo é para ontem, e as pessoas inseridas nesta realidade vivem situações que lhes trazem diversas preocupações acarretando-lhes desequilíbrios, frustrações, estresse e depressão. Muita coisa está em jogo, sua QV, seus relacionamentos, seu bem-estar, seu equilíbrio mental, sua felicidade e sua postura diante das dificuldades, afirmam Willians e Penman (2015).

Alguns pesquisadores, entre eles os britânicos Mark Williams e Danny Penman, discutem o processo de busca do que intitulam elemento imaterial para nossas vidas. Ou seja, meios para enfrentar a ansiedade, o estresse, a exaustão e até mesmo a depressão. Afirmam que existem profundas fontes de tranquilidade dentro de todos nós, embora estejamos confusos e cansados demais para perceber. Esses autores foram um dos criadores da Terapia Cognitiva com base na atenção plena ou *mindfulness*, que gira em torno de uma técnica simples de meditação que pode ser feita por qualquer pessoa. Em essência, a atenção plena consiste em observar sem criticar e em ser compassivo consigo mesmo. Essa prática permite que você capte os padrões dos pensamentos negativos antes que eles o lancem em uma espiral descendente. Esse é o início do processo para retomar sua vida. (WILLIAMS E PENMAN, 2015, p.13).

A técnica de MBCT – *mindfulness-based cognitive theory*, originou-se da obra de Jon Kabat-Zin, professor e pesquisador da Faculdade de Medicina da Universidade de Massachussets. O programa foi originalmente desenvolvido por Mark Williams, John Teasdale da Universidade de Cambridge e Zindel Segal da Universidade de Toronto, com o objetivo de ajudar pessoas que sofriam com crises repetidas de depressão a superar a doença. Ficou clinicamente provado que a prática reduz à metade o risco de incidência em pacientes que já tiveram as formas mais debilitadas da doença. Mostrou-se tão eficiente quanto os tratamentos com antidepressivos, mas sem os efeitos colaterais desses. Na verdade é tão eficiente que passou a ser um dos tratamentos mais recomendados pelo Instituto Nacional de Excelência Clínica do Reino Unido. (WILLIAMS E PENMAN, 2015, p.11).

Segundo esses autores, o que muda não é a eliminação dos problemas, nem as dificuldades que as pessoas enfrentam, o que se modifica é o próprio indivíduo. Ao se tornar mais centrado e equilibrado torna-se preparado para enfrentar os obstáculos que lhe causavam desconfortos emocionais, trazendo-lhe satisfação e autoestima.

Não prometemos felicidade eterna, pois sabemos que todos passam por períodos de dor e sofrimento, e seria ingênuo negar esse fato. Mas mesmo assim, é possível ter uma alternativa à luta implacável que permeia grande parte de nossa vida (WILLIAMS, 2011 p. 11).

A prática de atenção plena, apesar de simples, exige persistência. Os autores afirmam que muitos desistem ou param de exercitar a mente quando atingem um determinado grau de desenvolvimento. A meditação deve ser contínua, não é um remédio para curar um mal, mas sim para evitá-lo.

Os mais de 5000 estudos publicados sobre *mindfulness* apontam os seguintes benefícios:

A ansiedade, a depressão e a irritabilidade diminuem:

Estudos mostram que os meditadores regulares são mais felizes e mais satisfeitos do que a média das pessoas. Esses resultados têm uma importante repercussão na saúde, já que as emoções positivas estão associadas a uma vida mais longa e saudável. - a ansiedade, a depressão e a irritabilidade diminuem com sessões regulares de meditação. A memória melhora, as reações se tornam mais rápidas e o vigor mental e físico aumenta. – Os meditadores regulares têm relacionamentos melhores e mais gratificantes – Estudos feitos no mundo todo comprovam que a prática da meditação reduz os principais indicadores do estresse crônico, incluindo a hipertensão – A meditação é eficaz também para reduzir o impacto de doenças graves, como dor crônica e câncer, podendo até auxiliar no combate à dependência de drogas e álcool. – Além disso, pesquisas indicam

que a meditação fortalece o sistema imunológico, ajudando a combater resfriados, gripe e outras doenças (WILLIAMS E PENMAN, 2015, p.13-14).

A melhor tradução para a palavra inglesa *mindfulness* é consciência plena, ou seja, estar consciente de tudo o que acontece em sua mente. Esse estado de consciência é praticado desde a antiguidade no oriente e nos últimos séculos, tem sido apresentado para o mundo ocidental.

Apesar de seus benefícios comprovados, muitas pessoas ainda ficam desconfiadas quando ouvem a palavra meditação. Assim, Williams e Penman (2015) acreditam ser necessário refutar alguns mitos:

- A meditação não é uma religião. A atenção plena é apenas um método de treinamento mental. Muitas pessoas que meditam são religiosas, porém inúmeros ateus e agnósticos são meditadores contumazes.
- Você não precisa se sentar no chão de pernas cruzadas (como nas fotos que provavelmente viu nas revistas e na TV), mas pode se quiser. A maioria das pessoas se senta no chão ou em cadeiras para meditar, mas você pode praticar a atenção plena em qualquer lugar, a qualquer momento: no ônibus, no metrô ou enquanto caminha.
- Praticar a atenção plena não exige muito tempo, mas é preciso ter paciência e persistência. Muita gente nota que a meditação alivia as pressões cotidianas, liberando tempo para gastar com as coisas mais importantes.
- A meditação não é complicada. Não tem nada a ver com “sucesso” ou “fracasso”. Mesmo quando sentir dificuldades para meditar, você vai aprender algo valioso sobre o funcionamento da mente e se beneficiar psicologicamente.
- A meditação não vai entorpecer sua mente nem impedi-lo de se empenhar para ter uma carreira brilhante. Também não vai obrigá-lo a adotar uma postura de Poliana diante da vida. A meditação não implica aceitar o inaceitável, mas ver o mundo com clareza para se capaz de tomar atitudes mais sábias para mudar o que precisa ser mudado. A prática da atenção plena ajuda a cultivar uma consciência profunda e compassiva que nos permite avaliar nossas metas e encontrar o melhor caminho para agir de acordo com nossos verdadeiros valores

Este tema vem sendo estudado na medicina há mais de 30 anos, em muitas instituições ao redor do mundo, descrevem os autores da técnica, anteriormente citados. Devido ao fato de que muitos dos benefícios comprovados da prática de atenção plena são favoráveis no ambiente escolar, esta prática passou a ser objeto de pesquisas por parte dos educadores, em muitos países e já podemos contar com muitas escolas brasileiras utilizando o método. Entre elas podemos citar no Rio de Janeiro:

- **Escola Pedra da Gávea** – www.escolapedradagavea.eco.br e-mail: unidade Ipanema: pdgipanema@escolapedradagavea.eco.br e unidade recreio: pdg@escolapedradagavea.eco.br.
- **Colégio Cruzeiro** – www.colegiocruzeiro.g12.br, e-mail: unidade centro, secretaria@colegiocruzeiro.com.br, unidade Jacarepaguá: secretariajpa@colegiocruzeiro.com.br.
- **Colégio Notre Dame** – www.recreio.notredame.org.br, e-mail: nd.recreio@notredame.org.br.
- **Colégio Porto Real** – www.colegioportoreal.org.br e-mail: contato@colegioportoreal.org.br.
- **Colégio Pensi** – www.pensi.com.br, e-mail: pensi@pensi.com.br.
- **Colégio PH** - www.ph.com.br.
- **Colégio Mopi** – www.mopi.com.br.

Estas escolas integram em sua grade curricular aulas de preparação para a vida, apontando o ensino para uma educação socioemocional, levando em consideração as expectativas do aluno, preparando-os para enfrentarem os desafios que não estão descritos no livro didático. <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/escolas-investem-na-educacao-emocional-17857279#ixzz44o1XJlEN>.

Um dos autores brasileiros que têm se dedicado a esse estudo é o médico da UFMG, Dr. Ramon Moreira Cosenza, pesquisador em neurociências e educação.

No artigo *Inspirar, Expirar... aprender*, sobre a prática de meditação nas escolas, publicado na revista *Neuro Educação*, Cosenza (2016), afirma que esta prática melhora a capacidade de sustentar o foco, reduz o estresse e diminui comportamentos violentos.

Cosenza (2016) esclarece que as técnicas avançadas para pesquisa em neurociência, como a ressonância magnética funcional, têm mostrado que várias

estruturas cerebrais são modificadas pela prática da meditação. O córtex pré-frontal, a região cortical situada na parte mais anterior do cérebro, é uma delas. Outras regiões afetadas são, por exemplo, o cíngulo anterior, a ínsula e a amígdala cerebral. Geralmente a meditação promove um aumento da espessura cortical, indicando que houve um acréscimo de prolongamento das células nervosas e nas conexões sinápticas dessas regiões. Ocorrem também alterações nas vias que ligam algumas dessas estruturas e outros centros nervosos. Tudo isso modifica o funcionamento cerebral: algumas funções são facilitadas, enquanto outras são inibidas. Em outras palavras, o cérebro que medita se torna diferente na sua maneira de interagir com os estímulos, sejam eles internos ou ambientais.

A prática de mindfulness envolve treinar a atenção voluntária, portanto é de esperar que ocorra alteração na capacidade atencional da pessoa que medita. E isso é precisamente o que ocorre. O esforço em focar a atenção promove modificações nos circuitos que a sustentam e no córtex do cíngulo anterior, o que aumenta a habilidade de permanecer consciente do momento atual: a capacidade de estar realmente presente, e não perdido em divagações. Muitas pesquisas têm mostrado que a atenção executiva, que nos permite manter a concentração, inibindo estímulos e comportamentos distraidores, torna-se mais eficiente naqueles que meditam. Trata-se de uma forma de aprendizagem que ocorre por meio da neuroplasticidade, a capacidade que o cérebro tem de reorganizar-se constantemente. O efeito benéfico sobre a atenção pode ser observado já com poucos dias de prática meditativa. Como resultado ocorre também aperfeiçoamento da memória operacional, o que pode levar, por exemplo, à melhora do desempenho escolar.

Técnicas avançadas para a pesquisa em neurociência, como a ressonância magnética funcional, têm mostrado que várias estruturas cerebrais são modificadas pela prática da meditação, e nos ambientes escolares isso se percebe na melhora do desempenho escolar.

No ambiente escolar, é interessante que os professores tenham familiaridade com a técnica de mindfulness para que possam transmiti-la aos alunos. Aliás, existem dados mostrando que os professores que meditam conseguem mudanças no comportamento dos alunos mesmo que estes não estejam envolvidos nas práticas de atenção plena. (COSENZA, 2015).

Portanto, no ambiente escolar, não só alunos são beneficiados com estas técnicas, mas também os professores. Os neurocientistas são unânimes em afirmar que perder dois ou três minutos em uma aula para esta prática não representa prejuízo no conteúdo das disciplinas, pois o retorno em seu desempenho educacional e no aprendizado tem se mostrado cada vez mais satisfatório nas escolas que adotam a prática da atenção plena.

A discussão estabelecida por Dejours (2015) em relação às psicopatologias e as consequências destas no âmbito profissional dificultando a vida de trabalhadores, bem como, o mal estar docente e a síndrome de Bournout descritos no âmbito profissional dos professores, poderiam ser beneficiados pela prática da atenção plena. Todas as possibilidades de contribuição para que os professores tenham uma QV satisfatória, com saúde física, mental e emocional equilibrada.

5. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DO IFSP

Neste capítulo apresentamos uma análise das ementas dos Cursos de: Matemática – Ciências Biológicas – Física – Geografia – Letras/ Português e Química, que compõem os cursos de licenciaturas oferecidos pelo IFSP. Discutimos os temas trabalhados nestes cursos, relacionados à QV na formação docente, as questões relacionadas segundo projeto pedagógico e ementas das disciplinas.

Entre os temas considerados relevantes, observamos se estão contemplados em todos os cursos, ou se consta em um curso e não consta em outro. Essa análise abordará esses temas, em duas dimensões: a QV do professor e possíveis contribuições do professor para QV de seus alunos.

Como produto final deste trabalho, apresentamos um plano de ensino interdisciplinar para todos os cursos de Licenciaturas do IFSP. Esperamos auxiliar com a formação dos futuros professores, oferecendo contribuições sobre a QV na formação docente, incluindo as questões ambientais, de políticas afirmativas e dos direitos humanos, conforme consta na legislação brasileira para a educação.

A descrição completa das disciplinas, com os conteúdos que serviram de base para elaboração de nossa proposta de plano de ensino se encontra no apêndice.

5.1. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NO IFSP

Consta no projeto deste curso, que foi concebido com base num conjunto de competências profissionais em consonância com as propostas dos documentos “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em cursos de Nível Superior”, “Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura” e observando os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Básico.

As competências selecionadas para representar todas aquelas que se quer potencializar no curso e que se fundamentam em princípios éticos, humanísticos, políticos e pedagógicos são:

1. Contextualizar aplicações da Matemática em situações do cotidiano e inter-relacionar conceitos e propriedades matemáticas para utilizá-los também em outras áreas do conhecimento, percebendo a sua relevância no mundo contemporâneo.

2. Perceber a Matemática como uma ciência, construída por processos históricos e sociais.

3. Pautar-se por princípios da sociedade democrática na difusão e aprimoramento de valores éticos e morais, no respeito e estímulo à diversidade cultural bem como despertar o senso crítico no aluno.

4. Perceber a prática docente de Matemática como um processo dinâmico, carregado de incertezas e conflitos, um espaço de criação e reflexão, onde novos conhecimentos são gerados e modificados continuamente.

A licenciatura de matemática é a única no IFSP que tem em sua grade curricular a disciplina de QV dada no 1º semestre (QV1M1) pela área de Educação Física e no 2º semestre (QV2M2) pela área de Biologia.

A carga horária total da Licenciatura de Matemática é de 3621 horas e 40 minutos, distribuídas da seguinte maneira:

- 1915 horas e 50 minutos – disciplinas/ laboratório
- 411 horas e 40 minutos – de prática de ensino
- 411 horas e 40 minutos – de estágio supervisionado
- 221 horas e 40 minutos – de atividades de estudo
- 205 horas e 50 minutos – atividades científicas e culturais
- 95 horas – de laboratório de física.

A duração de cada aula é de 50 minutos.

Analisando a licenciatura de Matemática no IFSP, verificamos a existência de disciplinas que abordam temas relacionados à QV nas disciplinas de QV1M1, e QV2M2, que é a única licenciatura que conta com as disciplinas sobre QV. Conta com disciplinas com temática sobre inclusão social para alunos com necessidades especiais, no caso alunos surdos com a disciplina de Libras, sobre as relações étnico-raciais, sobre a prática docente, mas, não há disciplinas que discutam as questões ambientais.

A descrição completa dos conteúdos das disciplinas que serviram de base para nosso produto final se encontra no apêndice 1.

5.2. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO IFSP

No projeto desse curso consta que o licenciando deverá assumir o papel de educador na formação de cidadãos, considerando a perspectiva sócio ambiental, e as dimensões éticas e sociais de seu trabalho. Sua prática está alicerçada na inserção social, na formação integradora e na produção do conhecimento, proporcionando aos seus estudantes uma visão crítica do conjunto do sistema e do processo produtivo, contribuindo assim com a educação brasileira de modo a desvinculá-la dos instrumentos de dominação próprios ao mundo globalizado, praticando a educação como efetivo fator de desenvolvimento humano e social, objetivando formar educadores conscientes e críticos com os problemas ambientais, contribuindo também na formação de cidadãos com responsabilidade social e ambiental.

Considerando-se a Lei nº 9795/1999, que indica que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal, a educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

Considerando-se o caput do artigo 11 da Lei 9795/99 que diz: A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas, a dimensão ambiental integrará tacitamente parte do conteúdo programático de todas as disciplinas do curso, devendo ser trabalhada de modo articulado aos demais itens desses conteúdos.

Prevê-se neste curso a integração da educação ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente, como diz o decreto nº 4281/2002, por meio da realização de atividades curriculares e extracurriculares desenvolvendo-se este assunto nas diversas disciplinas.

A carga horária total da Licenciatura de Ciências Biológicas é de 3150 horas e 80 minutos, distribuídas da seguinte maneira:

- 2436 horas e 80 minutos – disciplinas/ laboratórios
- 400 horas – estágio supervisionado
- 200 horas – atividades acadêmico científico e culturais
- 114 horas – TCC

A duração de cada aula é de 50 minutos.

Analizando a licenciatura de Ciências Biológicas do IFSP, verificamos a existência da disciplina K5SAD (saúde) que discute a temática de QV, e de disciplinas que abordam temas relacionados com as políticas afirmativas nas questões sobre inclusão social para alunos com necessidades especiais (ex: libras) questões étnico-raciais e diversidade social, com disciplinas que tratam das questões ambientais, sustentabilidade e degradação ambiental. Não observamos a questão da saúde do professor no exercício docente e dos alunos, no que se refere aos aspectos que poderiam influenciar no processo de ensino e aprendizagem.

A descrição completa dos conteúdos das disciplinas que serviram de base para nosso produto final se encontra no apêndice 2.

5.3. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM FÍSICA NO IFSP

No projeto pedagógico da licenciatura de física são mencionadas as competências que se deseja alcançar na formação dos professores:

- Concepção e promoção de práticas educativas compatíveis com os princípios da sociedade democrática, a difusão e aprimoramento de valores éticos, o respeito e estímulo à diversidade cultural e a educação para a inteligência crítica.
- Compreensão da inserção da escola na realidade social e cultural contemporânea e das práticas de gestão do processo educativo voltadas à formação e consolidação da cidadania.
- Condução da atividade docente a partir do domínio de conteúdos pedagógicos aplicados às áreas e disciplinas específicas a serem ensinadas, da sua articulação com temáticas afins e do monitoramento e avaliação do processo ensino-aprendizagem.

A carga horária total da Licenciatura de Física é de 3000 horas, distribuídas da seguinte maneira:

- 1980 horas – disciplinas/ laboratórios
- 405 horas – prática de ensino
- 210 horas – atividades acadêmico científico culturais.
- 405 horas – estágio supervisionado

A duração de cada aula é de 50 minutos.

Analizando a Licenciatura em física, percebemos que não há disciplinas que abordem a QV, nos aspectos de saúde dos professores e dos alunos e nem as

questões de políticas afirmativas e de inclusão constantes na legislação. A preocupação com o meio ambiente, sustentabilidade e degradação ambiental é vista do ponto de vista natural e não como propõe a Educação Ambiental Crítica: respeito e cuidados a todo o tipo de ambiente, para que deste, derive o respeito à natureza. Não é oferecida a disciplina de Libras.

A descrição completa dos conteúdos das disciplinas que serviram de base para nosso produto final se encontra no apêndice 3.

5.4. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NO IFSP

A licenciatura em geografia tem em seu projeto pedagógico a abordagem de consolidar práxis educativa que contribua para a inserção social, à formação integradora e à produção do conhecimento. Nesse sentido, o Curso de Licenciatura de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFSP pretende formar um professor capaz de reconhecer a realidade na qual que está inserido, suas contradições e opinar, refletir e questionar sobre esse contexto social numa perspectiva de reelaboração, criação e crítica contribuindo, dessa forma, para a formação do cidadão consciente.

Para tanto a educação exercida no IFSP não está restrita a uma formação meramente profissional, mas contribui para a iniciação na ciência, nas tecnologias, nas artes e na promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo.

Seguindo neste aspecto vale destacar a importância dada às questões étnico-raciais cujo tratamento curricular está amparado pelas leis 10639/03 e 11.645/08 que, entre outras, determina a inclusão da temática “história e cultura afro-brasileira” no currículo escolar.

A carga horária total da Licenciatura de Geografia é de 3321 horas e 75 minutos, distribuídas da seguinte maneira:

- 2721 horas e 75 minutos – disciplinas/ laboratórios
- 400 horas – estágio supervisionado
- 200 horas – atividades acadêmico científico culturais.

A duração de cada aula é de 50 minutos.

Na análise da Licenciatura em Geografia, verificamos que são discutidas algumas questões sobre à QV na disciplina ECPG4, Espaço, Cultura e Vivência Corporal. Sobre as questões ambientais há duas disciplinas que tratam destas

questões. Importante observar que essa discussão se dá do ponto de vista da Educação Ambiental Crítica. Assim, são discutidas questões sobre educação ambiental, as políticas afirmativas, inclusão social, étnico-raciais. Não são discutidas as questões de saúde do professor no exercício docente e dos alunos, nos aspectos que podem intervir no processo de ensino e aprendizagem.

A descrição completa dos conteúdos das disciplinas que serviram de base para nosso produto final se encontra no apêndice 4.

5.5. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM LETRAS/PORTUGUÊS NO IFSP

Em seu projeto pedagógico, a licenciatura em línguas tem como objetivo, formar professores competentes, em termos de pesquisa, informação e autonomia, capazes de lidar de forma sistemática, reflexiva e crítica com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos, literários e pedagógicos, em diferentes contextos de oralidade e escrita, atuando na Educação Básica, na área de Letras Português.

Outro exemplo do trabalho de integração é o tratamento dado à História e à Cultura Afro-Brasileiras, culturais africanos e indígenas, já que nossa língua tem nestas duas culturas muito de nossas raízes enquanto linguagem.

A carga horária total da Licenciatura de Letras/ Português é de 2937 horas e 90 minutos, distribuídas da seguinte maneira:

- 2337 horas e 90 minutos – disciplinas/ laboratórios
- 200 horas – atividades acadêmico científico culturais.
- 400 horas – estágio supervisionado.

A duração de cada aula é de 50 minutos.

Com relação à Licenciatura em Letras/ Português nossa análise verificou que as disciplinas discutem a integração das linguagens com as culturas afro-brasileira e indígena, já que nossa cultura tem muito de nossas raízes nestas línguas. Os alunos deste curso apresentaram diversos trabalhos na instituição, envolvendo a comunidade escolar para discussão das questões étnico-raciais por meio da literatura. Há uma preocupação com a inclusão de alunos com necessidades especiais, os surdos, com a disciplina de libras, e com as práticas docentes. Não há nenhuma disciplina que nos ofereça contribuição sobre QV do professor e dos alunos e sobre as políticas ambientais.

A descrição completa dos conteúdos das disciplinas que serviram de base para nosso produto final se encontra no apêndice 5.

5.6. ANÁLISE DA LICENCIATURA EM QUÍMICA NO IFSP

No projeto pedagógico da licenciatura de química, encontramos como um dos objetivos formar educadores qualificados com uma ampla e sólida base conceitual nas áreas de Ciências da Natureza e de Química, comprometidos com uma educação científico-tecnológica de qualidade, conscientes em relação à natureza, à vida e ao meio ambiente e habilitados para o desenvolvimento de projetos educacionais / científicos.

Ao profissional caberá utilizar competências para o desenvolvimento de estratégias que permitam aos alunos do Ensino Médio uma melhor compreensão dos fenômenos da natureza, despertando o seu espírito científico, instigando a sua curiosidade e aumentando o seu interesse pela Ciência, sobretudo a Química, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, críticos e com responsabilidade social, econômica e ambiental.

A carga horária total da Licenciatura de Química é de 3037 horas, distribuídas da seguinte maneira:

- 2337 horas – disciplinas/ laboratórios
- 200 horas – atividades acadêmico científico culturais.
- 400 horas – estágio supervisionado
- 100 horas – TCC

A duração de cada aula é de 50 minutos.

Analisando a licenciatura em química notamos que, quatro disciplinas abordam a temática sobre as políticas afirmativas, uma disciplina sobre as políticas ambientais, do ponto de vista natural. Não se observam disciplinas que discutam as questões de saúde do professor e dos alunos nos aspectos que interferem na vida pessoal e consequentemente no processo de ensino e aprendizagem.

A descrição completa dos conteúdos das disciplinas que serviram de base para nosso produto final se encontra no apêndice 6.

6. SÍNTESE DAS ANÁLISES DOS CURRÍCULOS DOS CURSOS PESQUISADOS DO IFSP

Nosso estudo apontou que alguns temas são muito bem trabalhados em determinado curso de licenciatura, com uma rica discussão que não acontece nos outros. Observamos também que nem sempre os objetivos constantes no projeto pedagógico dos cursos, estão perfeitamente materializados nas disciplinas. Esse fato pode ser devido a alguns temas serem mais voltados para a competência de uma área específica e por esse motivo serem menos discutidos ou não discutidos em outras. Tardif (2013) afirma que a Instituição escolar, tem objetivos claros e se dedica a alcançar finalidades ambiciosas: promover uma nova ética social, formar cidadãos esclarecidos, melhorar o destino das classes trabalhadoras, formar pessoas equilibradas. As finalidades são claras, porém os meios concretos para atingi-las ficam a critério dos professores, com recursos limitados e tempo contado. O problema é repassado aos professores que deverão escolher por si mesmos, em função de seus recursos, crenças, valores e capacitação a seleção e adaptação possível, afirma este autor.

Dessa forma, fizemos um levantamento dos objetivos propostos no projeto dos cursos e das escolhas dos professores nas ementas. A análise dessas informações aponta que os professores gostariam de fazer mais por seus alunos do que a realidade permite. Os documentos evidenciam uma preocupação além da formação para o domínio do conteúdo específico e da didática deste conteúdo, ou seja, a de formarem educadores críticos, comprometidos com a formação de cidadãos, preocupados com as dimensões éticas e sociais.

Diversas disciplinas em cada um destes cursos discutem políticas afirmativas e ambientais, e a temática de QV, aparece claramente apenas na Licenciatura em Matemática, ainda assim, não contempla todos os temas que discutimos no terceiro capítulo deste texto.

Descrevemos a seguir os dados mais relevantes para nosso estudo, observado em cada um dos Cursos de Licenciatura do IFSP analisados:

- Oferece uma disciplina de QV em dois semestres do curso e não discute os temas relacionados a políticas afirmativas e ambientais.
- Observamos nas ementas desta disciplina, da implantação do curso em 1999 até 2014, uma diversidade de enfoques, ora privilegiando alguns temas, ora privilegiando outros e deixando de discutir os primeiros, em função das características profissionais do professor que assumiu a disciplina. Esse fato reforça a necessidade de obter a colaboração dos profissionais das diversas licenciaturas para oferecer aos futuros professores, a formação como discutida neste trabalho.
 - A proposta de projeto interdisciplinar a ser oferecido a todas as licenciaturas do IFSP, objeto deste trabalho, busca objetivos semelhantes: utilizar as competências de cada área em benefício de todas.
 - Como apontou nossos estudos, ficou claro a melhor desenvoltura de determinadas áreas sobre outras, para discussão de alguns temas relacionados aos objetivos sociais da educação, nas licenciaturas do IFSP. Por exemplo, no caso da Licenciatura em Português, que trata com maestria os casos de desigualdades e discriminações raciais, utilizando o contexto das artes e da literatura, porém, não trabalham políticas ambientais e não discutem as questões de qualidade de vida na formação docente, como discutido no capítulo três deste trabalho.
 - As áreas de Química, Geografia e Biologia se complementam para discutir as questões ambientais do ponto de vista natural e ampliar para o ambiente humano, numa proposta educativa que busca respostas para os sinais de falência de um modo de vida, que não promove qualidade de vida, progresso e desenvolvimento, como defendido por Carvalho (2012).
 - Pode-se ainda, neste projeto, convidar profissionais de diversas áreas, para proferir palestras que possam aprofundar a discussão sobre assuntos específicos, como por exemplo, fonoaudiólogos, médicos, ambientalistas, psicólogos, entre outros profissionais. Esse fato tornará o projeto mais dinâmico e interessante para os participantes.

- Questões relacionadas à importância da promoção de saúde para a QV, considerando a fisiologia humana, são bem discutidas na Licenciatura de Biologia e ausente ou pouco discutida nas outras licenciaturas.
- Notamos pelas características dos professores deste curso, que os mesmos se encontram preparados para discutir temas como: dependência química, efeitos e tratamento de drogas lícitas e ilícitas, alimentação saudável, benefícios da atividade física, posturas durante o exercício docente que beneficiam ou prejudicam a saúde física do professor e importância de cuidados com a voz.

Licenciatura em Física

- Dos temas pesquisados apenas a Educação Ambiental é discutida de maneira parcial na Licenciatura em Física, visto que a discussão se estabelece do ponto de vista do ambiente natural, sem a ampliação para o ambiente humano, como premissa para o respeito à todas as formas de vida.

Licenciatura em Química

- Projetos de coleta seletiva do lixo, reaproveitamento e reciclagem, preservação ambiental, a questão dos resíduos químicos gerados nas aulas e nas pesquisas, realizando tratamento e adequada destinação, são ricamente discutidos nos Cursos de Licenciatura em Química.
- Nota-se nos professores deste curso uma atuação voltada para a discussão ambiental, do ponto de vista naturalista, nos termos de Carvalho (2012).

Licenciatura em Geografia

- Questões de políticas ambientais, na perspectiva da Educação Ambiental Crítica, que vê o ambiente como espaço ocupado pelo ser humano em interação com o natural, são discutidas de maneira complementar à discussão feita pelos

profissionais da Licenciatura em Química.

- Notamos em algumas ementas deste curso, descrições que se assemelham às afirmações de (Carvalho 2012, apud NOVAES, 2015) para Educação Ambiental Crítica: trata-se da construção de um sistema de valores que se traduz em uma visão de mundo orientadora dos posicionamentos do sujeito em todos os espaços e circunstâncias de sua vida.
- Assim, esse projeto maior busca uma visão teórico-metodológica de humanização para construir a compreensão das questões que afetam as relações entre diversos grupos humanos com seu ambiente, e nelas intervirem criando soluções para os problemas ali existentes.

Licenciatura em Letras/ Português

- Discute de maneira interessante as questões étnico-raciais, utilizando o legado de autores das variadas linguagens que assumem as manifestações culturais contrapostos às teorias sociológicas da época, algumas marcadamente “racistas”, e à política de “branqueamento”, que tantos malefícios provocaram e ainda provocam no imaginário popular – e que permanecem registradas na linguagem cotidiana. Como a imagem e o papel do caboclo retratado por Euclides da Cunha ou por Monteiro Lobato, ou O mulato enfocado por Lima Barreto. Nas artes plásticas, como, por exemplo, Debret e Portinari e as expressões musicais como o Choro.
- Esse Curso de Licenciatura oferece contribuição para a formação de um profissional comprometido com a superação das injustiças sociais, a que os afrodescendentes e os povos indígenas foram e são submetidos.
- Esse grupo de professores poderá oferecer, em todos os cursos de licenciatura, do campus São Paulo, preparação ao futuro professor, para o enfrentamento das questões de exclusão a que estão sujeitas parcelas significativas da população brasileira, as denominadas “minorias sociais”. Esta é uma formação, que consta como responsabilidade educacional na lei Federal nº 12.288/2010 instituiu o estatuto da igualdade racial. A seção II do capítulo II dessa lei é inteiramente direcionada à missão da educação nesse processo. No entanto, muitos

professores, se declararam despreparados para atuar, como descrito em Novaes (2014).

- Por outro lado, não encontramos os temas ambientais no projeto deste curso, bem como, outros relacionados à qualidade de vida no exercício docente, como discutido neste texto.

Elaboramos o quadro seguinte para resumir o que pudemos observar:

Quadro 01. Presença dos temas focados em nossa análise nos cursos de Licenciatura

Temas	Matemática	Ciências Biológicas	Física	Geografia	Letras/ Português	Química
Saúde Física e mental do professor	Parcial	Não	Não	Não	Não	Não
Saúde Física e Mental do aluno	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Educação Ambiental	Não	Sim	Parcial	Sim	Não	Sim
Educação das relações étnico raciais	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Políticas de inclusão	Parcial	Parcial	Não	Sim	Parcial	Parcial

Fonte: O autor.

Finalizando essa análise, reforçamos que se pode notar a preocupação no currículo de todos os cursos, com a prática docente. Em todas as grades curriculares várias

disciplinas voltadas à formação de professores, oferecem subsídios a fim de auxiliarem na formação docente não só os aspectos dos conteúdos próprios de cada área, mas também os aspectos de cidadania, de ética e de profissionalismo. Somos levados por esse fato, a notar que a proposta aqui apresentada traz contribuições a esse processo, em todos os cursos de licenciatura citados.

7. PROPOSTA DE UM PLANO DE ENSINO INTERDISCIPLINAR PARA TODAS AS LICENCIATURAS DO IFSP

Nossa proposta neste trabalho foi a elaboração de um projeto interdisciplinar para o oferecimento em todas as licenciaturas do IFSP – Campus São Paulo de uma disciplina que poderá permanecer com o nome de Qualidade de Vida na formação docente, ou com outro nome que o grupo na instituição, que analisará este projeto venha a decidir.

Este projeto se constituiu em nosso produto final, requisito básico deste mestrado profissional.

Todas as disciplinas das licenciaturas do IFSP – Campus S.P. foram analisadas e algumas oferecem contribuições em uns aspectos, porém não em todos aqueles que defendemos como necessários na construção deste projeto interdisciplinar, os quais já foram largamente discutidos no corpo deste trabalho. Assim sendo encontramos contribuições em Educação Ambiental, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação em direitos humanos, como consta na legislação educacional brasileira. Porém, outras questões de saúde física e mental, concebidas como inseparáveis para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem que consideramos fundamentais ser discutidas na formação docente, não foram encontradas nos currículos destes cursos.

Estas questões direcionarão o nosso plano de ensino, onde nos embasamos na legislação brasileira, que em suas leis, decretos e portarias orientam sua inclusão dentro dos programas de ensino.

As questões inclusivas e sociais, de conservação ambiental e de sustentabilidade nos indicam rumos para o nosso trabalho, que tem como principal objetivo num futuro breve uma educação transformadora, que seja realmente a de formar professores cidadãos, engajados socialmente, conscientes e éticos, favorecendo o ensino para seus futuros alunos, buscando o que consta em nossos objetivos de pesquisa que é a melhoria da QV na formação docente em suas múltiplas dimensões, favorecendo também uma QV para seus alunos a partir de uma educação em que o processo ensino-aprendizagem seja articulado numa visão

integrada do ser humano e buscando o que a legislação nos oferece e permita realizar.

Nossa pesquisa teve o objetivo de contribuir para que os futuros profissionais formados no IFSP recebam uma formação completa para o exercício docente. Além dos conteúdos próprios de cada área, das lições que constam nas muitas provas, também aprendam algumas lições que aparecem na vida e não aparecem nestas provas. Como afirmou Paulo Freire, buscando a boniteza no ato de ensinar, humanizados com as necessidades de nossos alunos, preocupados com o ser humano, que no futuro poderá também constituir-se em um agente transformador de nossa sociedade com valores e ideais, fundamentados nos ensinamentos e exemplos de seus formadores.

Portanto, neste nosso projeto interdisciplinar várias questões deverão ser levadas em consideração, as quais foram tratadas nos capítulos anteriores: a saúde física, mental, emocional e psicológica dos professores e dos alunos; a permanência dos educadores no exercício docente; a valorização não apenas salarial, mas da pessoa do educador; a manutenção da QV tanto dos professores como a de seus alunos.

Sabemos que para que isso ocorra algumas iniciativas não dependem apenas deste plano de ensino interdisciplinar. Entendemos que outros segmentos da sociedade teriam que contribuir, tais como, as escolas na pessoa de seus diretores, dos governos nas políticas públicas educacionais, na melhoria de salários, na melhoria da infraestrutura das escolas, pois esta questão também contribui na qualidade do ensino; jornada de trabalho humanizada, propiciando que o professor se estabeleça em apenas uma escola, tendo tempo suficiente para um melhor preparo de suas atividades, com um aprendizado melhor e melhores resultados no desenvolvimento de seus alunos, entre outras. A sociedade no geral também deve se manifestar, pois cada indivíduo utilizou ou utilizará com seus filhos dos estabelecimentos de ensino, e podem pressionar os governos que estas conquistas aconteçam.

Como citado em capítulo específico, existem diversas síndromes no ambiente educacional que podem desestruturar totalmente o trabalho e a relação ensino-aprendizagem transformando o ato de educar num estrondoso fracasso.

Foi discutido à luz de teóricos como o francês Christophe Dejours, e dos pesquisadores brasileiros Laerte Sznclwar, Seiji Uchida e Sandra Lancman sobre as

patologias no trabalho, e como ditas neste capítulo os professores como qualquer trabalhador, sofrem destas patologias, provocando desdobramentos que o pesquisador espanhol José Manuel Esteve descreve como mal-estar docente, o que ratificam os estudiosos brasileiros Tânia Maria de Araújo e Wanderlei Codo, que citam os problemas de saúde física, mental e psíquica que fazem em muitos casos que estes profissionais larguem o magistério.

Finalizando utilizamos de estudiosos que se dedicam com as questões da formação e do trabalho docente, como os canadenses Edmund O'Sullivan e Maurice Tardif, e a pesquisadora Diva Valério Novaes.

Na outra ponta percebemos que nossos alunos também sofrem com as questões de saúde, e os brasileiros Gustavo Estanislau, Rodrigo Affonseca Bressan e colaboradores se debruçam para tratar das questões da saúde mental e dos transtornos mentais na escola, acreditando que os melhores especialistas para identificarem estas síndromes são os professores.

Quisemos fazer estas citações para nos situarmos, pois ao elaborar este plano de ensino interdisciplinar teremos que levar tudo isto em consideração.

Este plano de ensino que ora apresentamos não se finaliza por si próprio, pois posteriormente a defesa deste trabalho de mestrado, ele será discutido entre todas as áreas das seis licenciaturas já mencionadas do IFSP para apresentação, discussão, reformulações necessárias e finalmente se tudo ocorrer bem, sua implementação quem sabe para o ano de 2017 ou 2018.

As contribuições das áreas serão importantes para que possamos consubstanciar o que é nosso desejo; oferecer melhores condições na formação docente a todos os futuros professores do IFSP, e a melhoria da QV destes e de seus alunos, propiciando sua permanência no magistério.

7.1. Sugestão para o Plano de Ensino Interdisciplinar

Título: Qualidade de Vida no currículo da Formação Docente

Objetivos: Contribuir com a formação do professor para considerar o processo de aprendizagem, a saúde e o comportamento sócio emocional de maneira interligada.

Componente curricular: Atividade Complementar (ACC)

Carga horária prevista: 40hs semestrais, oferecidos em dois semestres.

Professores responsáveis: Dois professores permanentes e um em cada área de: Biologia, Química, Geografia, Português, Matemática e Física, para oferecer suporte da área aos professores permanentes, material didático, ministrar palestras e outras necessidades.

QUADRO 02. Plano para o projeto: Qualidade de vida no currículo da formação docente

Tema	Conteúdo	Metodologia de ensino e recursos
1 – Qualidade de Vida	- Conceitos: Definições de QV e suas relações com Saúde física, saúde mental e emocional. Distinções entre saúde mental, problemas mentais, transtornos mentais e relacionamentos no ambiente escolar.	- Leitura e discussão de textos. - Vídeos - Palestra com especialistas nestes temas
Referências Bibliográficas • ALMEIDA, Marco Antonio Bettine et al. Qualidade de Vida: definições, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012. • BARBOSA, Sonia Regina da Cal Seixas. Qualidade de Vida e ambiente: Uma temática em construção. In: BARBOSA, Sonia Regina da Cal Seixas (org.). A temática ambiental e a pluralidade do ciclo de seminários do NEPAM. Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998. • BETTI, Mauro. Esporte e sociologia. In: TAMBUCCI, Pascoal Luiz; OLIVEIRA, José Guilmar Mariz de; SOBRINHO, José Coelho. Esporte e Jornalismo. São Paulo: CEPEUSP, 1997. • BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988. • BRASIL, LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996. • FERNANDES, Eda Conte. Qualidade de vida no trabalho: como medir para		

melhorar. Salvador, Casa da Qualidade Editora Ltda., 1996.

- **FLECK**, Marcelo Pio de Almeida, et al. Aplicação da versão em português do instrumento abreviado de avaliação da qualidade de vida "WHOQOL-bref". São Paulo: Revista de Saúde Pública, v. 34, n. 2, 2000.
- **KAWAKAME**, Patricia Moita Garcia; **MIYADAHIRA**, Ana Maria Kazue. Qualidade de vida de estudantes de graduação em enfermagem. São Paulo: Revista da Escola de Enfermagem da USP, v.39, n.2, 2005.
- **LIMONGI-FRANÇA**, Ana Cristina. Qualidade de vida no trabalho: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. São Paulo, 2009.
- **MINAYO**, Maria Cecília de Souza, et al. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde Coletiva, v.5, n.1, 2000.
- **O'SULLIVAN**, Edmund. Aprendizagem transformadora. Uma visão educacional para o século XXI. São Paulo, Cortez Editora, 2004.
- **ROCHA**, Carmem Lúcia Antunes. O princípio constitucional da igualdade. Belo Horizonte: Editora Lê 1990.
- **SEIDL**, Eliane Maria Fleury; **ZANNON**, Célia Maria Lana da Costa. Qualidade de vida: aspectos conceituais e metodológicos. Rio de Janeiro: Cadernos de Saúde Pública, v. 20, n. 2, 2004.

2 - Saúde física e mental do professor.

-Síndrome do mal-estar docente.
 - Síndrome de *Bournaut*.
 - Fatores de risco, de prevenção e de proteção à saúde do professor.
 - *Mindfulness* – prática de atenção plena.

- Leitura e discussão de textos.
 - Filmes e vídeos
 -Palestras com especialistas em: formação de professores, ortopedistas: professores de educação física: fonoaudiólogos; psicólogos, psiquiatras com experiência na área de educação.

Referências Bibliográficas

- **ARAÚJO**, Tânia Maria de, et al. Mal - estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. Salvador: Revista Baiana de Saúde Pública, v. 29, 2005.
- **CODO**, Wanderley e VASQUES-MENEZES, Iône. O que é burnout? In: CODO, Wanderley (org.). *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis, RJ,

Vozes / Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Universidade de Brasília, Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999.

- **DEJOURS**, CHRISTOPHE. *A loucura do Trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho*. 6ª edição. Tradução de Ana I. Paraguay; Lúcia L. Ferreira. São Paulo, Cortez Editora. 2015.
- **ESTEVE**, José Manuel. *Profissão Professor- Mudanças sociais e função docente*. Lisboa, Porto, 1995.
- **NOVAES**, Diva Valério. Análise da Gestão do Instituto Federal de Educação. Desafios e Oportunidades da Expansão em Rede. Relatório Pós-doutorado em Políticas Públicas para a Educação. Universidade Estadual de Campinas. 2014.
- **SZNELWAR**, Laerte Idal; **UCHIDA** Seiji e **LANCMAN**, Selma. A subjetividade no trabalho em questão. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. São Paulo. V.23, n.1. Junho, 2011.
- **TARDIF**, Maurice; **LESSARD**, Claude. *O trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis-RJ. Editora Vozes. 8ed., 2013.

3 – A Prática de Atenção Plena (Mindfulness)

- Aula teórica sobre Atenção Plena e seus benefícios.

- Programa de oito semanas de prática.

- Palestra com um praticante de mindfulness.

- Oito minutos de prática no início de cada aula, com orientações e atividades diferentes em cada semana para a prática diária da mesma em casa durante a semana.

Referências Bibliográficas

- **COSENZA**, Ramon M. Artigos: Inspirar, expirar... aprender. UFMG: Revista Neuroeducação: Meditação nas escolas. Editora Segmento. São Paulo, N.6. pp.24-31, 2016. ISSN2359-4462.
- **GOLEMAN**, Daniel. Foco: A atenção e seu papel fundamental para o sucesso. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014.
- **PINTO**, Debora. No Limite: Teia de Emoções, Influência dos estados mentais para o processo de aprendizagem. Revista Educação. Editora

Segmento. São Paulo. Ano 19. N.217. pp. 76-88. Maio/2015. ISSN 1415-5486. • WILLIAMS, Mark; PENMAN, Danny. Atenção Plena (mindfulness): como encontrar a paz em um mundo frenético. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2015.		
4 - Voz	- Fisiologia, cuidados e manutenção da voz. - Exercícios	- Leitura e discussão de textos. -Palestra com fonoaudiólogo
Referências Bibliográficas • BEHLAU, Maura; PONTES, Paulo. Higiene vocal: informações básicas. São Paulo: Lovise, 1993. • BLOCH, Pedro. Você quer falar melhor? Rio de Janeiro: Revinter, 2002. • CARELLI, Elisangela Giroto, et al. Educação vocal na formação do docente. São Paulo: Revista Fono Atual, v.5., n. 22, pp 40-52, out/dez, 2002. ISSN 0104-5687		
5 – Postura; importância da atividade física.	- Posturas que favorecem e as que prejudicam o professor nas suas atividades diárias. - Benefícios das diferentes práticas de atividade física.	- Leitura e discussão de textos - Vídeos - Palestras com ortopedistas
Referências Bibliográficas • KNOPLICH, José. Enfermidades da coluna vertebral: uma visão clínica e fisioterápica. São Paulo: Robe Editorial, 3 ed. 2003. • VANICULA, Maria Claudia; GUIDA, Sergio. Postura e Condicionamento físico. São Paulo: Phorte Editora, 2014. • TEIXEIRA, Luzimar. Atividade física adaptada e saúde: da teoria à prática. São Paulo: Phorte Editora, 2008. • CODO, Wanderlei. Educação: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999. • ARAÚJO Tania Maria de, et al. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro: v. 11, n. 4, pp 1-13,2006. ISSN 1413-8123		

6 - Saúde física e mental dos estudantes	- Transtornos mentais na educação (T.M.) – Tipos mais comuns de TM. - Características que contribuem para a identificação dos principais transtornos mentais, na escola. - Fatores de riscos, de prevenção e de proteção. - No que os professores podem contribuir.	-Leitura de textos -Vídeos -Palestra sobre transtornos mentais com psiquiatras, psicólogos e terapeutas com experiências no trato com essas questões na instituição escolar.
Referências Bibliográficas • ESTANISLAU, Gustavo Mechereffe, BRESSAN, Rodrigo Affonseca (orgs.). Saúde Mental na escola: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.		
7 - Papel das escolas na prevenção das drogas.	- Dificuldades no ensino e no desenvolvimento cognitivo, social e de saúde dos adolescentes devidas ao uso de drogas. - Fatores de riscos, de prevenção e proteção.	- Leitura de textos - Vídeos - Palestras com pessoal especializado no trabalho com o tema drogas na adolescência, psicólogos e terapeutas.
Referências Bibliográficas • ESTANISLAU, Gustavo Mechereffe, BRESSAN, Rodrigo Affonseca (orgs.). Saúde Mental na escola: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014. • CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. VI Levantamento nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas de ensino nas 27 capitais brasileiras. São Paulo: CEBRID, 2010, disponível em: http://obid.senad.gov.br/obid/dados-informacoes-sobre-drogas/pesquisa-e-estatisticas/populacoes-em-		

contextos/estudantes-1		
• PINSKY, Illana, PAZINATTO, Cesar. Álcool e Drogas na adolescência: um guia para pais e professores. São Paulo: Contexto, 2014.		
8 - Alimentação Saudável	-Alimentação e educação aspectos na formação e desenvolvimento dos alunos e dos professores - Fatores de riscos, de prevenção e de proteção.	- Leitura e discussão de textos - Vídeos - Palestras convidando nutricionistas.
Referências Bibliográficas • BOOG, Maria Cristina Faber. Educação nutricional: passado, presente, futuro. Campinas: Revista de Nutrição PUCCAMP, v.10, n.1, pp 5-19,1997, ISSN 1678-9865. • DIEZ GARCIA, Rosa Wanda. Mudanças alimentares: Implicações Práticas, Teóricas e Metodológicas. In: DIEZ GARCIA, R.W; CERVATO - MANCUSO, A.M (coord.). Mudanças Alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. • BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Coordenação Geral de Educação Alimentar e Nutricional. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília, 2012. Disponível em: http://fs.unb.br/opsan/consulta-publica/pdf/Marco_referencia_Textocompleto.pdf Acesso em: 19 de abril de 2016.		
09 – O sono	- O sono como fator de desenvolvimento saudável. - Influência da qualidade do sono na aprendizagem.	- Leitura e discussão de textos - Vídeos - Palestras com médicos e psicólogos.

Referências Bibliográficas		
• CRONFLI, Regeane Trabulsi. A importância do sono. Revista Cérebro & Mente. Universidade Estadual de Campinas, dez. 2002. • REIMÃO, Rubens. Sono – Aspectos Atuais. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu Editora, 1990.		
10- Diretrizes nacionais curriculares para a Educação Ambiental	- Atitudes de respeito a tudo e a todos como premissa para que se estenda ao meio ambiente.	- Leitura e discussão da legislação e de textos. - Elaboração de seminários. - Vídeos -Palestras com biólogos, e ambientalistas.
Referências Bibliográficas		
• BARBOSA, Sonia Regina da Cal Seixas. Qualidade de Vida e ambiente: Uma temática em construção. In: BARBOSA, Sonia Regina da Cal Seixas (org.). A temática ambiental e a pluralidade do ciclo de seminários do NEPAM. Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998. • BRASIL, Presidência da República. Lei 9795, de 27 de abril de 1999. <i>Dispõe sobre a educação ambiental</i>. Brasília, DF, 1999. • NOVAES, Diva Valério; BRYAN, Newton Antonio Paciulli. <i>Políticas nacionais de ação afirmativa e ambientais: Gestão no Ambiente de uma Instituição de Educação Profissional</i>. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v.17, n.1, p.11-26, jan/abr. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/6845. Acesso em: 30 abr. 2015. • O’SULLIVAN, Edmund. Aprendizagem transformadora. Uma visão educacional para o século XXI. São Paulo, Cortez Editora, 2004.		
11 - Diretrizes nacionais Curriculares para Direitos Humanos	- Valores: tolerância, respeito, solidariedade, justiça social, inclusão, pluralidade, sustentabilidade. - Educação Socioemocional	- Leitura da legislação e discussão de textos - Vídeos - Elaboração de seminários -Palestras com especialistas em direitos humanos.

Referências Bibliográficas

- **BRASIL**, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988.
- **GOMES**, Joaquim Benedito Barbosa. *Ação afirmativa e princípios constitucionais de igualdade*. Rio de Janeiro, Renovar, 2001.
- **ROCHA**, Carmem Lúcia Antunes. *O princípio constitucional da igualdade*. Belo Horizonte: Editora Lê, 1990.

12 - As Políticas Afirmativas constantes na legislação nacional.

- Apresentação da legislação sobre as Políticas Afirmativas governamentais e de inclusão social.
 - Discussão sobre os valores: tolerância, respeito, solidariedade, justiça social, pluralidade, inclusão, sustentabilidade.
 - Educação sócio emocional.

- Leitura e discussão de textos
 - Vídeos
 - Palestras com especialistas nas questões raciais.

Referências Bibliográficas

- **BRASIL**, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988.
- **BRASIL**, LDB. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, MEC, 1996.
- **BRASIL**, Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 3627, de 28 de abril de 2004. *Institui sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos das escolas públicas, em especial negros e indígenas nas instituições públicas federais de educação superior*. Brasil, 2004.
- **BRASIL**, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. *Institui diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, 2004.
- **GEMMA**- Grupo de estudos Multidisciplinares da ação afirmativa. *O que são ações afirmativas?* 2011. Disponível em <http://gemma.iesp.uerj.br/index.php>. Acesso em 20 de junho de 2014.
- **GOMES**, Joaquim Benedito Barbosa. *Ações afirmativas e os processos de*

igualdade efetiva. Série de Cadernos do CEJ. Rio de Janeiro, 2000.

- **GOMES**, Joaquim Benedito Barbosa. *Ação afirmativa e princípios constitucionais de igualdade*. Rio de Janeiro, Renovar, 2001.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta de um plano de ensino interdisciplinar, oferecido aos seis cursos de licenciatura do IFSP, é uma possibilidade, que pode ser explorada em um centro de formação de professores para diferentes áreas, que por esse motivo pode contar com diferentes competências, em benefício dos alunos de todos os cursos. Nossa pesquisa identificou que cada área trabalha bem alguns temas e tem fragilidades para trabalhar outros, que constam na legislação educacional. Tardif (2013), afirma que “quem faz o que” necessita repousar no “quem sabe o que”. Por esse motivo, entendemos apropriada a proposta deste plano de ensino, por contar com a socialização da competência dos profissionais de cada uma das áreas, para as demais. Os temas são de grande importância, alguns passaram a constar na legislação educacional há pouco tempo e necessitam de ampliação da discussão, para melhor apropriação por parte dos futuros professores, para lidar adequadamente com estes temas em situações práticas.

Tardif (2013), afirma que os objetivos da Instituição escolar são ambiciosos: promover uma nova ética social, formar cidadãos esclarecidos, melhorar o destino das classes trabalhadoras, formar pessoas equilibradas, entre outras. As finalidades são claras, os meios concretos para atingi-las, ficam a critério dos professores, com meios limitados pelo tempo que tem para esse trabalho e pela capacitação. O problema é repassado aos professores, conclui este autor, que deverão escolher por si mesmos, em função de seus recursos, crenças e valores a solução e adaptação possível.

Nesse contexto, acreditamos que a proposta deste plano de ensino representa uma contribuição valiosa, que favorece o cumprimento de parte dos objetivos da Educação Básica constantes na legislação nacional.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de, et. al. Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades- EACH/USP, 2012.

ARAÚJO, Tânia Maria de, et. al. Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. Salvador: Revista Baiana de Saúde Pública, v.29, jan/jun, 2005.

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. Qualidade de vida e ambiente: uma temática em construção. In: **BARBOSA**, Sônia Regina da Cal Seixas. A temática ambiental e a pluralidade do ciclo de seminários do NEPAM. Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998.

BETTI, Mauro. Esporte e sociologia. In: **TAMBUCCI**, Pascoal Luiz; **OLIVEIRA**, José Guilmar Maria de; **SOBRINHO**, José Coelho. Esporte e jornalismo. São Paulo: CEPEUSP, 1997.

BILYK, B.F.; **CUNHA**, G.R; **ESTANISLAU**, G.M; **ROSÁRIO**, M.C. Saúde e transtornos mentais. In: **ESTANISLAU**, G.M.; **BRESSAN**, R.A. (Orgs.). Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber? Porto Alegre: Artmed, 2014. p.25-36.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL, LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996.

BRASIL, Presidência da República. Lei 9795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental. Brasília, DF, 1999.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 10741/2003. Dispõe sobre a instituição do Estatuto do Idoso, com idade igual ou superior a 60 anos. Brasília, 2003.

BRASIL, Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 3627, de 28 de abril de 2004. Institui sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas nas instituições públicas federais de educação superior. Brasil, 2004.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 11340/2006. Lei Maria da Penha, contra a violência doméstica, familiar e contra a mulher. Brasília, 2006.

BRASIL, Congresso nacional. Lei nº 11645/2008. Altera a Lei 9394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática: “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Brasília, 2008.

BRASIL, Congresso nacional. Lei nº 11892/2008. Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL, Congresso nacional. Lei nº 12288/2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, 2010.

BRASIL, Congresso nacional. Resolução nº 04/2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica Brasileira. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 08/2012. Estabelece as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos. Brasília, 2012

BRASIL, IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Expectativa de vida do brasileiro. Disponível em: <http://www.http://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/7827-expectativa-de-vida>. Acesso em: 11 de nov. 2015.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: 6. ed., Editora Vozes, 2012.

CODO, Wanderley e VASQUES-MENEZES, Iône. O que é burnout? In: CODO, Wanderley (org.). Educação: carinho e trabalho. Petrópolis, RJ, Vozes / Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Universidade de Brasília, Laboratório de Psicologia do Trabalho, 1999.

COSENZA, Ramon M. Artigos: Inspirar, expirar... aprender.: Revista Neuroeducação: Meditação nas escolas. São Paulo: Editora Segmento, 2016.

DEJOURS, CHRISTOPHE. A loucura do Trabalho: estudos de psicopatologia do trabalho. 6ª edição. Tradução de Ana I. Paraguay; Lúcia L. Ferreira. São Paulo, Cortez Editora. 2015.

DEMO, P. Metodologia científica em ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ESTEVE, José Manuel. Profissão Professor- Mudanças sociais e função docente. Lisboa, Porto, 1995.

FARIAS, Talden Queroz. Aspectos gerais da política nacional do meio ambiente: comentários sobre a Lei nº 6.938/81. Âmbito Jurídico, Rio Grande, v. 9, n. 35, dez.

2006. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1544. Acesso em: 10 nov. 2015.

FERNANDES, Eda Conte. Qualidade de vida no trabalho: como medir para melhorar. Salvador, Casa da Qualidade Editora Ltda., 1996.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida, et al. Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL- 100). São Paulo: Revista Brasileira de Psiquiatria, v.21, n.1, 1999.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa. São Paulo, Editora Paz E Terra, 2011.

GIROUX, Henry Armand. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ações afirmativas e os processos de igualdade efetiva. Série de Cadernos do CEJ. Rio de Janeiro, 2000.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. Ação afirmativa e princípios constitucionais de igualdade. Rio de Janeiro, Renovar, 2001.

KAWAKAME, Patricia Moita Garcia; **MIYADAHIRA**, Ana Maria Kazue. Qualidade de vida de estudantes de graduação em enfermagem. São Paulo: Revista da Escola de Enfermagem da USP, v.39, n.2, 2005.

KUTCHER, S; **WEI**, Y.; **ESTANISLAU**, G.M. Educação em saúde mental: uma nova perspectiva. IN: **ESTANISLAU**, G.M.; **BRESSAN**, R.A. (Orgs.). Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber? Porto Alegre: Artmed, 2014. p.64-70.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Qualidade de vida no trabalho: conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial. São Paulo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde Coletiva, v.5, n.1, 2000.

NOVAES, Diva Valério; **BRYAN**, Newton Antonio Paciulli. Políticas nacionais de ação afirmativa e ambientais: Gestão no Ambiente de uma Instituição de Educação Profissional. ETD - Educação Temática Digital, Campinas, SP, v.17, n.1, p.11-26, jan/abr. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/6845>. Acesso em: 30 abr. 2015.

NOVAES, Diva Valério. Análise da Gestão de Instituto Federal de Educação. Desafios e Oportunidades da Expansão em Rede. Relatório Pós-doutorado em Políticas Públicas para a Educação. Universidade Estadual de Campinas. 2014.

NOVAES, Diva Valério. Educação Para Qualidade De Vida: contribuições da Educação Estatística. IASE 2015 Satellite Conference. 22-24 July 2015. Rio de Janeiro. 2015

O’SULLIVAN, Edmund. Aprendizagem transformadora. Uma visão educacional para o século XXI. São Paulo, Cortez Editora, 2004.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. O princípio constitucional da igualdade. Belo Horizonte: Editora Lê, 1990.

RODRIGUES, Marcus Vinicius. Qualidade de vida no trabalho: evolução e análise no nível gerencial. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SACRISTAN, José Gimeno. Plano de currículo, plano de ensino: o papel dos professores/as. In: **SACRISTAN**, José Gimeno; **GOMES**, Angel I. Perez. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 4 ed., 1998.

SÃO PAULO, Governo do Estado de São Paulo, Lei 10948/2001: Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. São Paulo, 2001.

SEIDL, Eliane Maria Fleury; **ZANNON**, Célia Maria Lana da Costa. Qualidade de Vida e saúde: aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: Cadernos de Saúde Pública, v.20, n.2, 2004.

STAMM, Marco. Escolas que investem na educação emocional. Jornal O Globo, de 25 de fevereiro de 2016, <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/escolas-investem-na-educacao-emocional-17857279#ixzz44o1XJIEN>.

SZNELWAR, Laerte Idal; **UCHIDA** Seiji e **LANCMAN**, Selma. A subjetividade no trabalho em questão. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. São Paulo. V.23, n.1. pp.11-30. Junho 2011.

TARDIF, Maurice; **LESSARD**, Claude. O trabalho docente: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis- RJ. Editora Vozes. 8ed., 2013.

VIEIRA, M.A.; **ESTANISLAU**, G.M; **BRESSAN**, R.A.; **BORDIN**, I. A. Saúde Mental na Escola. In: **ESTANISLAU**, G.M.; **BRESSAN**, R.A. (Orgs.). Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber? Porto Alegre: Artmed, 2014. p.13-23.

WILLIAMS, Mark; **PENMAN**, Danny. Atenção Plena (mindfulness): como encontrar a paz em um mundo frenético. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2015.

APÊNDICE 1 – Disciplinas que podem abordar temas relacionados com QV no Curso de Licenciatura em Matemática no IFSP e seus objetivos.

<u>Disciplinas na Licenciatura em Matemática</u>	<u>Objetivos</u>
<u>CL1M1</u> - (Comunicação e linguagem I) – 1º semestre	1) Identificar o papel social do professor como sujeito comunicador. – 2) Possibilitar a formação da consciência crítica acerca do lugar das diferentes linguagens, em especial da linguagem verbal, na formação do ser humano, na cultura, na contemporaneidade e nas relações de poder. – 3) Ampliar a compreensão crítica do papel social desse tipo de profissional na sociedade contemporânea. - 4) Desenvolver no educando a compreensão da língua e a comunicação em seus vários níveis, a fim de que ele possa com tal contato: ampliar suas estratégias de leitura de texto e de mundo para atuar de modo compatível com os princípios da sociedade democrática, a difusão e aprimoramento de valores éticos, o respeito e estímulo à diversidade cultural e a educação para a inteligência crítica.
<u>QV1M1</u> - (Qualidade de vida) - 1º semestre	1) Desenvolver modelos pedagógicos que levem o aluno a perceber a importância da atividade física na obtenção de QV nos aspectos fisiológicos, psicológicos e sociais. - 2) Correlacionar educação física, cultura, natureza e ecologia. – 3) Compreender a diversidade cultural e o respeito às diferentes culturas. – 4) Vivenciar e identificar as possibilidades expressivas e lúdicas dos movimentos corporais. – 5) Compreender a unidade do ser humano e a integração

	absoluta do corpo com a mente por meio de abordagem prática de meditação, energização, e relaxamento. – 6) Conhecer e analisar a relação saúde e sociedade. – 7) QV e saúde coletiva, saúde como dever do Estado e direito de cidadania. – 8) A experiência multicêntrica das cidades saudáveis. – 9) A relação saúde/doença. – 10) Cuidado no âmbito do coletivo. – 11) Esporte, exercício e atividade física, segundo a Organização Mundial de Saúde. – 12) Conceitos fundamentais sobre QV. – 13) Relação entre saúde, atividade física e QV. – 14) Prática de Atividade Física orientada: Estratégias de monitoração. – 15) Relação entre cultura, meio ambiente e QV. – 16) Alimentação e Nutrição.
<u>ED1M2</u> - (Fundamentos da educação 1) – 2º semestre	1) Refletir a importância pedagógica da pluralidade do processo educacional, a história, ideologia, cultura e currículo. – 2) Desenvolver teórica e didaticamente a concepção da elaboração da proposta educacional ao plano de aula. – 3) Elucidar a importância da política educacional e pressupostos pedagógicos para a formação docente para alunos da licenciatura em matemática.
<u>QV2M2</u> - (Qualidade de vida 2) – 2º semestre	1) Desenvolver na forma de projeto esta disciplina com conteúdos de Biologia e Educação Física que se complementam para proporcionar ao ser humano uma melhor QV. – 2) Saúde como dever do Estado e direito de cidadania. – 3) Fundamentos da saúde pública.

	– 4) QV e saúde coletiva. – 5) Atividades dinâmicas x relaxamento no contexto dos benefícios e QV. – 6) Prevenção de Acidentes. – 7) Queixas de saúde, estresse, depressão. - 8) O vício das drogas, seus efeitos na QV e a relação com a prática da atividade física. – 9) Sexo e QV; Doenças Sexualmente Transmissíveis. – 10) QV nos diferentes segmentos: crianças, adolescentes, adultos e idosos. – 11) O Homem e o Meio Ambiente. – 12) Equilíbrio e Desequilíbrio Ecológico. - 13) Poluição ambiental e QV. – 14) QV e Educação ambiental. - 15) Aspectos educacionais sobre a atividade física e o meio ambiente. - 16) Atividade física e amadurecimento. – 17) Envelhecimento e a QV.
<u>OPEM4</u> - (Organização política educacional) – 4º semestre	1) Propiciar aos estudantes reflexões sobre os princípios, finalidades e objetivos do processo educativo estabelecidos na legislação vigente. 2) Debater o papel do professor na organização escolar e da educação de políticas públicas. – 3) Elucidar a necessidade de estudar as políticas educacionais nacionais vinculadas às políticas públicas diante de uma visão global de ensino e escola. – 4) Apresentar o conteúdo de forma adequada à aprendizagem significativa para a formação docente. — 5) Debater a formação e a carreira de profissionais da educação

<u>LIBM7</u> - (Libras) – 7º semestre	1) Introduzir o aluno ouvinte à Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) e a modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). – 2) Criar oportunidade para a prática de LIBRAS e ampliar o conhecimento dos aspectos da cultura do mundo surdo. – 3) Mostrar as novas tendências pedagógicas e sua ação social tendo como base uma sociedade inclusiva. – 4) Vincular a unidade didática às práticas pedagógicas norteadoras do estágio supervisionado, no contexto das práticas educativas.
---------------------------------------	---

APÊNDICE 2 - Disciplinas que podem abordar temas relacionados com QV no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no IFSP e seus objetivos.

<u>Disciplinas na Licenciatura em Ciências Biológicas</u>	<u>Objetivos</u>
<u>K1COL</u> - (Comunicação e Linguagem) – 1º semestre	1) Promover debates acerca da diversidade étnica e linguística brasileira, dos aspectos das relações étnico-raciais e a compreensão da diversidade cultural por meio da leitura e interpretação de textos.
<u>K2FEC</u> - (Fundamentos de Educação para o Ensino de Ciências) - 2º semestre	1) Analisar a relação professor-aluno-conhecimento, e sua mediação via didática-educação, e escolar-sociedade. – 2) Refletir sobre os saberes e as práticas docentes frente às demandas sociais e às inovações educacionais. – 3) Ampliar o repertório teórico-prático dos futuros docentes de modo a possibilitar a interpretação e a intervenção na realidade. – 4) Aprofundar o conhecimento sobre: Currículo, multiculturalismo e diversidade – educação e relações étnico-raciais.
<u>K5SAD</u> – (Saúde) - 5º semestre	1) Compreender saúde como um processo interativo do homem com a natureza e o seu entorno. – 2) Entender a importância da promoção de saúde para a QV, considerando a fisiologia humana. – 3) Descrever o mecanismo de funcionamento dos sistemas corporais. – 4) Analisar a integração morfofuncional entre estes sistemas. – 5) Relacionar, de maneira interdisciplinar, os conhecimentos adquiridos com as demais Ciências Básicas.

<u>K5IEC</u> (Instrumentação para o ensino de ciências) – 5º semestre	1) Refletir sobre a atividade docente considerando os diversos agentes e situações envolvidos na vida escolar e nos processos de ensino e aprendizado de ciências. – 2) Revisar os PCNs: Conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais.
<u>K5IGA</u> - (Introdução à gestão e educação ambiental) – 5º semestre	1) Refletir sobre a interação entre o ser humano e o meio ambiente em que está inserido com vistas às consequências das ações antrópicas. - 2) Desenvolver conceitos e habilidades úteis à formação de indivíduos críticos e participativos no processo de desenvolvimento sustentável. 3) Conhecer os princípios norteadores da legislação ambiental brasileira. – 4) Compreender a inter-relação entre meio ambiente e saúde. – 5) No programa constará as atividades: a) Aspectos históricos da questão ambiental. – b) princípios de Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável. – c) noções básicas de legislação ambiental. - d) meio ambiente e Saúde Pública. - e) tratamento e abastecimento de água. - f) coleta e tratamento de esgoto. - g) gerenciamento de resíduos sólidos urbanos.
<u>K5QAB</u> - (Química ambiental) – 5º semestre	1) Compreender o conceito de meio ambiente, no âmbito da preservação e da sustentabilidade. – 2) Entender mais sobre a poluição do ar, da água e do solo. – 3) Conhecer o nível de toxicidade dos poluentes, as técnicas utilizadas para o seu tratamento e a diminuição dos impactos ambientais por eles

	causados. – 4) Tomar consciência e atitudes críticas para avaliar a influência do homem no meio ambiente e o reflexo dessa ação sobre a saúde e QV das comunidades.
<u>B7EAS</u> - (Educação ambiental e sociedade) – 7º semestre	1) Desenvolver a capacidade de compreensão da temática ambiental de forma holística e no âmbito interdisciplinar, enfocando o papel da educação para a construção de sociedades sustentáveis. – 2) Compreender a Educação Ambiental como um processo pedagógico formal, transversal e interdisciplinar.

APÊNDICE 3 – Disciplinas que podem abordar temas relacionados com QV no Curso de Licenciatura em Física no IFSP e seus objetivos.

<u>Disciplinas na Licenciatura em Física</u>	<u>Objetivos</u>
<u>COE</u> - (Comunicação e linguagem) – 1º semestre	Desenvolver no educando a compreensão da língua e da comunicação, ampliando suas estratégias de leitura de texto e de mundo, atuando de modo compatível com os princípios da sociedade democrática, a difusão e aprimoramento de valores éticos, o respeito e estímulo à diversidade cultural e a educação para a inteligência crítica.
<u>FED</u> (Fundamentos da educação) – 1º semestre	1) Abordar a contextualização histórica da educação nos aspectos social e político, seus dilemas, perspectivas e desafios. – 2) Apresentar a visão histórica e crítica do papel da educação na sociedade contemporânea. - 3) Analisar o sistema escolar, as relações entre a racionalidade científica e cultural e formação do espírito crítico.
<u>EDC</u> - (Introdução ao ensino e divulgação da ciência) – 2º semestre	1) Visar à autonomia docente, do profissional reflexivo ao intelectual crítico, articulando o trabalho da sala de aula com a atuação de outras instituições voltadas à popularização da ciência, tais como, museus, jornais, revistas, cinema, teatro. – 2) Promover práticas educativas compatíveis com os princípios da sociedade democrática, a difusão e aprimoramento de valores éticos, o respeito, e estímulo à diversidade cultural, formação e consolidação da cidadania.
<u>HCP</u> - (Cultura política e formação de professores) – 4º semestre	1) Agir crítica e reflexivamente nos movimentos sociais, políticos e culturais. – 2) Articular os

	conteúdos curriculares a prática de ensino e a construção pedagógica de atividades de sala de aula e pesquisa de campo, para uma inserção nos movimentos sociais, a fim de torná-lo crítico e comprometido com o ensino libertador e oferecendo a seus futuros alunos também esta visão libertadora.
<u>FCV</u> - (Física e ciências da vida) – 5º semestre	1) Fornecer subsídios para o futuro professor lidar com questões polêmicas em ciência e fornecer subsídios para o aprofundamento das questões através da leitura de textos e artigos. 2) Aprofundar o “olhar” físico ao interagir com o olhar das ciências da vida, como a biologia, ao propor a interpretação textos de fisiologia que descrevem as reações de corpo humano quando exposto a algumas situações extremas e reescrevê-lo em termos das variáveis físicas envolvidas. – 3) Conhecer as principais modalidades de interação entre a física e a Medicina (radiologia, radioterapia e medicina nuclear). – 4) Apropriar-se dos conhecimentos da física, da química e da biologia e aplicar esses para explicar o funcionamento da vida no mundo natural, planejar, executar e avaliar ações de intervenção na realidade natural. – 5) Reconhecer o ser humano como agente e paciente de transformações intencionais.
<u>FCT</u> - (Física e ciências da terra) – 8º semestre	1) Estudar a concepção da natureza e de sua complexidade e transformação contínua usando dos estudos interdisciplinares com outras áreas do conhecimento. – 2) Estudar as questões ambientais, geológicas, climáticas do

	planeta e da intervenção humana. – 3) Proteger nosso ecossistema das degradações causadas pelo próprio ser humano, procurando auxiliar nas questões dos impactos ambientais contribuindo no que for possível a elaborar intervenções pedagógicas para reverter esta questão ambiental.
--	---

APÊNDICE 4 – Disciplinas que podem abordar temas relacionados com QV no Curso de Licenciatura em Geografia no IFSP e seus objetivos.

<u>Disciplinas na Licenciatura em Geografia</u>	<u>Objetivos</u>
<u>ESNG1</u> - (Fundamentos do Estudo da Sociedade e Natureza I) – 1º semestre	1) Abordar os fundamentos teóricos e filosóficos da relação sociedade-natureza e a abordagem geográfica da questão ambiental. – 2) Natureza e cultura: a produção da natureza. – 3) Meio ambiente como elemento da cultura e da natureza. 4) A importância da contribuição da Geografia no conhecimento da natureza e a especificidade da metodologia geográfica. - 5) Afinidades entre as Ciências da Terra e a originalidade da abordagem geográfica.
<u>FTTG2</u> - (Formação territorial brasileira e territorialidades) – 2º semestre	1) Analisar a formação territorial brasileira e sua relação com a construção das identidades nacional, regional e local. – 2) Estudar as questões socioeconômicas, identidades e territorialidades que articulam diferentes grupos e populações na construção territorial. – 3) Identificar os processos de qualificação espacial nos contextos: econômico, social, cultural e ambiental que constroem novas territorialidades culturais.
<u>LSPG2</u> - (Educação no Brasil - Leitura Sócio-Política) – 2º semestre	1) Analisar a educação brasileira em diferentes momentos históricos. – 2) O direito à educação e o dever de educar nas Constituições. – 3) Política educacional, organização e gestão do sistema escolar brasileiro. – 4) Análise crítica da educação básica na perspectiva da legislação educacional. – 5) Abordagem dos

	fundamentos filosóficos educacionais presentes na práxis educacional brasileira.
<u>EGAG3</u> - (Educação e Gestão Ambiental) – 3º semestre	1) Analisar as aceleradas mudanças da sociedade e suas necessidades de alterações do meio. - 2) Compreender a ordem da gestão ambiental nacional e internacional, os principais acordos internacionais sobre meio ambiente a sociedade de risco e segurança ambiental.
<u>ECPG4</u> - (Espaço, cultura e vivência corporal) – 4º semestre.	1) A espacialidade corporal e suas implicações com as relações sociais. - 2) Desenvolver manifestações culturais, artísticas e vivências corporais na percepção do espaço através da Arte, da Música e do Esporte.
<u>AREG4</u> - (Antropologia e relações étnico - raciais) – 4º semestre	1) Abordar os aspectos introdutórios da Antropologia. – 2) A Antropologia e as demais ciências sociais. – 3) As noções de natureza e cultura. - 4) As concepções de Sociedade e Cultura. – 5) A antropologia e seu caráter científico, os campos de estudo. – 6) A Antropologia como ferramenta para o estudo da diversidade e do relativismo cultural. – 7) O problema do etnocentrismo. - 8) O trabalho etnográfico como metodologia. - 9) O método evolucionista e a crítica ao evolucionismo. – 10) A antropologia política
<u>PPTG8</u> - (Prática pedagógica IV) – 8º semestre	1) Estudar os movimentos sociais e educação popular: - Democracia participativa e poder popular - Organizações não governamentais e Estado. - Evolução da Educação Especial: diferentes enfoques. - Educação da pessoa portadora de necessidades especiais no

	movimento histórico-social. - Educação de jovens e adultos como sujeitos agentes e a necessidade de inserção na sociedade brasileira. - 2) Levar os alunos a entender a Educação étnico - racial e suas implicações na recriação de nossas raízes culturais, geradas nas tradições milenares dos povos-nações indígenas, dos portugueses e dos afro-brasileiros.
<u>LIBG8</u> - (Introdução a Libras) – 8º semestre	1) Enfocar os aspectos histórico-sociológicos e gramaticais da Língua Brasileira de Sinais. - 2) Vincular o estudo de Libras às Práticas pedagógicas norteadoras do estágio supervisionado, inserindo o componente curricular no contexto das práticas educativas.

APÊNDICE 5 – Disciplinas que podem abordar temas relacionados com QV no Curso de Licenciatura em Letras/Português no IFSP e seus objetivos.

<u>Disciplinas na Licenciatura em Letras/ Português</u>	<u>Objetivos</u>
<u>FUN</u> – (Fundamentos Epistemológicos da Formação de Professores) - 4º semestre	1) Analisar as possibilidades e os limites do desenvolvimento e da incorporação da curiosidade epistemológica no processo ensino-aprendizagem na formação inicial do professor. – 2) Promover uma discussão sobre os saberes docentes e o seu desenvolvimento na carreira do professor. – 3) Introduzir o novo paradigma do professor reflexivo. – 4) Estudar os saberes docentes a partir de uma visão epistemológica e de sua implicação na formação do professor – 5) Introduzir por uma problemática dos saberes docentes, os saberes profissionais dos professores, o desenvolvimento dos saberes e a carreira docente. – 6) Relacionar o saber conceito de relação com o saber; “habitus”; mobilização e desejo de saber. – 7) Investigar em sala de aula sobre a prática profissional do professor
<u>LIB</u> - (Libras) – 4º semestre	1) Introduzir o ouvinte na Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) e na modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). - 2) Criar oportunidade para a prática de LIBRAS e ampliar o conhecimento dos aspectos da cultura do mundo surdo. - 3)

	Apresentar novas tendências pedagógicas e sua ação social tendo como base uma sociedade inclusiva. - 4) Incluir no processo de escolarização os alunos com Deficiência Auditiva/Surdez. - 5) Desenvolver: observação, investigação, pesquisa, síntese e reflexão no que se refere à inclusão de pessoas surdas, buscando práticas que propiciem a acessibilidade, permanência e qualidade de atendimento no contexto escolar. – 6) Reconhecer o seu papel de educador, que busca a inclusão de todos, articulando os conhecimentos e as características de personalidade, que caracterizam a competência no contexto social.
<u>DID</u> - (Didática e novas tecnologias para a educação) – 5º semestre	1) Demonstrar as funções sociais da educação e os princípios metodológicos do trabalho pedagógico, discutindo as dimensões do processo didático e seus eixos norteadores: ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. – 2) Conduzir o futuro professor ao entendimento do papel do professor, do aluno e da escola no processo educativo. - 3) Discutir o lugar da Didática na Formação de Professores. - 4) Verificar a formação do professor no Brasil e que papéis desempenha. – 5) Estudar a avaliação educacional e seu impacto no processo ensino-aprendizagem. – 6) Elaborar diferentes níveis do planejamento escolar. - 7) Elaborar planos de ensino para disciplina, unidade e aula.

APÊNDICE 6 – Disciplinas que podem abordar temas relacionados com QV no Curso de Licenciatura em Química do IFSP e seus objetivos.

<u>Disciplinas na Licenciatura em Química</u>	<u>Objetivos</u>
<u>HEDK1</u> - (História da educação) – 1º semestre	1) Realizar o estudo da história da educação e da pedagogia como prática social, analisando os fundamentos da educação em geral. – 2) Levar em consideração as fases da história da educação geral e brasileira, o surgimento de sistemas educacionais, ideias e práticas pedagógicas e a construção do pensamento educacional, da Antiguidade ao século XXI. – 3) Compreender a evolução dos processos educacionais na história da educação brasileira. – 4) Desenvolver o pensamento crítico diante da análise dos problemas históricos da realidade educacional brasileira considerando o contexto sócio-político-econômico das conjunturas presentes. – 5) Entender a educação numa perspectiva de totalidade, com explicitação de seus condicionantes históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais.
<u>PEDK3</u> - (Psicologia da educação) – 3º semestre	1) Contribuir para a formação cultural dos futuros professores de tal modo que os principais paradigmas da psicologia da aprendizagem, assim como seu potencial explicativo e formador, possam ser apropriados, compreendidos e transformados. – 2) Possibilitar ao futuro docente o acesso aos

	conhecimentos produzidos na área da Psicologia da Educação, com a finalidade de subsidio quando no exercício de sua profissão. – 3) Conhecer as diferentes teorias de ensino-aprendizagem e suas implicações para a prática docente. – 4) Estimular a reflexão sobre as possibilidades de modificar as práticas docentes, ainda fortemente marcadas pela tradição alexandrina de transmissão-recepção. – 5) Discutir a relação aluno-saber, tecendo análises críticas sobre o fracasso escolar.
<u>POEK4</u> - (Política e Organização da Educação Brasileira) – 4º semestre	1) Estudar a política educacional, características e organização da educação brasileira nas diferentes fases de sua história. – 2) Analisar o funcionamento do sistema de ensino a fim de propiciar o conhecimento da legislação educacional como expressão das políticas públicas. - 3) Estudar a estrutura e o funcionamento do ensino fundamental e médio, de modo a refletir sobre a realidade educacional brasileira e seus contextos. – 4) Cultivar o interesse no acompanhamento das novas medidas políticas que visam mudanças na política educacional brasileira. – 5) Desenvolver o pensamento crítico diante da análise dos problemas da realidade educacional brasileira considerando o contexto sócio-político-econômico das conjunturas presentes. – 6) Compreender as tendências e significados da organização educacional brasileira. – 7) Entender a educação numa perspectiva de totalidade, com explicitação de seus condicionantes históricos, sociais,

	econômicos, políticos e culturais. – 8) Investigar as possibilidades de autonomia da Unidade Escolar em relação à organização do Regimento e organização do Ensino Fundamental e Médio.
<u>DIDK4</u> - (Didática) - 4º semestre	1) Contribuir enquanto disciplina de formação de professores para a construção de referenciais teórico-práticos que habilitem o futuro docente a exercer seu papel na mediação do conhecimento. - 2) Compreender que o ensino enquanto sendo uma atividade intencional deverá ser, planejada e pautada em concepções de sociedade, de homem, de educação. – 3) Abordar os elementos estruturantes da atividade docente, contribuindo para a formação de professores crítico-reflexivo ao discutir o significado ético, social, político e pedagógico do papel do professor de Ciências na escola. – 4) Analisar a relação professor-aluno-conhecimento, e sua mediação via didática-educação escolar-sociedade. – 5) Refletir sobre os saberes e as práticas docentes frente às demandas sociais e às inovações educacionais. – 6) Construir referenciais teórico-metodológicos relativos à organização do trabalho pedagógico de modo a habilitar o futuro docente a exercer seu papel no planejamento, na avaliação e no acompanhamento dos processos de aprendizagem de seus alunos. – 7) Aprofundar a compreensão da escola como local de trabalho e de formação do professor. – 8) Ampliar o repertório teórico-prático dos futuros

	docentes de modo a possibilitar a interpretação e a intervenção na realidade.
<u>QABK7</u> - (Química ambiental) – 7º semestre	1) Proporcionar ao aluno condições para o conhecimento dos aspectos químicos naturais do meio ambiente e daqueles resultantes da interação antrópica sobre o mesmo. – 2) Esclarecer sobre os aspectos legais que regulamentam as ações no meio ambiente, bem como das técnicas usadas para mitigar a poluição. – 3) Relacionar através da prática como componente curricular, os conhecimentos em Química Ambiental com atividades formativas que promovam experiências e reflexões próprias ao exercício da docência. – 4) Compreender o conceito de meio ambiente, no âmbito da preservação e da sustentabilidade. – 5) Estudar os processos químicos naturais que ocorrem no meio ambiente. – 6) Entender mais sobre a poluição do ar, da água e do solo. – 7) Conhecer o nível de toxicidade dos poluentes, as técnicas utilizadas para o seu tratamento e a diminuição dos impactos ambientais por eles causados. – 8) Viabilizar, por meio do conhecimento de Química, consciência e atitudes críticas para avaliar a influência do homem no meio ambiente e o reflexo dessa ação sobre a saúde e QV das comunidades. – 9) Discutir a importância da química no tratamento de passivos ambientais.
<u>LBSK8</u> - (Libras- Língua brasileira de sinais)- 8º semestre	1) Introduzir o aluno ouvinte à Língua de Brasileira de Sinais (LIBRAS) e à modalidade

	diferenciada para a comunicação (gestual-visual). - 2) Criar oportunidades para a prática de LIBRAS e ampliar os conhecimentos dos aspectos culturais do mundo surdo. – 3) Contextualizar com a área da Química, baseado nas competências e habilidades dos acadêmicos / futuros profissionais novas tendências pedagógicas e suas ações sociais, tendo como base uma sociedade inclusiva. - 4) Incluir no processo de escolarização os alunos com Deficiência Auditiva/Surdez. – 5) Desenvolver a observação, a investigação, a pesquisa, a síntese e a reflexão no que se refere à inclusão de pessoas surdas, buscando práticas que propiciem a acessibilidade, permanência e qualidade de atendimento no contexto escolar. – 6) Reconhecer no acadêmico o seu papel de educador que busca a inclusão de todos, articulando os conhecimentos e as características de personalidade que caracterizam a competência no contexto social.
--	---

ANEXO 1 – Quadro com as necessidades humanas existenciais e axiológicas.

Este quadro foi elaborado pensando-se numa realidade de um país de 1º mundo, desenvolvido, no caso o Canadá, portanto, ele pode não servir para todos os países, pois as realidades de cada país podem ser diferentes e aquilo que poderia ser aplicado em um lugar, em outros não seria possível.

Portanto, como nosso trabalho tem como objetivo a formação de professores em uma instituição no estado de São Paulo, Brasil, acreditamos que este quadro pode servir como referência, para estudo do que podemos adaptar para a nossa realidade.

As necessidades segundo as categorias axiológicas	As necessidades segundo as categorias existenciais			
	SER	TER	FAZER	INTERAGIR
Subsistência	Saúde física, saúde mental, equilíbrio, senso de humor, adaptabilidade	Alimento, abrigo, trabalho	Alimentar-se, procriar, descansar, trabalhar	Meio ambiente vivo, ambiente social
Proteção	Receber cuidados adaptabilidade, autonomia, equilíbrio, solidariedade	Sistemas de seguro, poupança, previdência social sistemas de saúde, direitos, família, trabalho	Cooperar, prevenir, planejar, cuidar de alguém, curar, ajudar	Espaço Vital, ambiente social, moradia
Afeto	Autoestima, solidariedade, respeito, tolerância, generosidade, receptividade, paixão, determinação sensualidade, senso de humor	Amizades, família, parcerias, relações com a natureza	Fazer amor, carícias, expressar emoções, partilhar, cuidar dos outros, cultivar, apreciar	Privacidade, intimidade, lar, espaços de interação
Compreensão	Consciência crítica, receptividade, curiosidade, assombro,	Literatura, professores, método, políticas educacionais,	Investigar, estudar, experimentar, educar, analisar, mediar	Ambientes de interação formativa, escolas, universidades,

	disciplina, intuição, racionalidade	políticas de comunicação		academias, grupos, comunidades, família
Participação	Adaptabilidade, receptividade, solidariedade, boa vontade, determinação, dedicação, respeito, paixão, senso de humor	Direitos, responsabilidades, deveres, privilégios, trabalho	Afiliar-se, cooperar, propor, partilhar, discordar, obedecer, interagir, concordar, expressar opiniões	Ambientes de interação participativa, partidos, associações, igrejas, comunidades, vizinhos, família

As necessidades segundo as categorias axiológicas	As necessidades segundo as categorias existenciais			
	SER	TER	FAZER	INTERAGIR
Ócio	Curiosidade, receptividade, imaginação, inquietude, senso de	Jogos, espetáculos, clubes, festas, paz. de espírito	Devanear, ruminar, sonhar, lembrar dos Velhos tempos, dar livre curso às fantasias,	Privacidade intimidade, espaços para a proximidade, tempo livre, meio

	humor, tranquilidade sensualidade		relembrar relaxar, divertir-se, brincar	ambiente circundante, paisagens
Criação	Paixão, determinação, intuição, imaginação, ousadia, racionalidade, autonomia, inventividade, curiosidade	Habilidades, qualificações, método, trabalho	Trabalhar, inventar, construir, desenhar, compor, interpretar,	Ambientes de produção e <i>feedback</i> , oficinas de trabalho, grupos culturais, públicos, espaços para expressão, liberdade temporal
Identidade	Sensação de fazer parte de algo maior, consistência, diferenciação, autoestima, assertividade	Símbolos, linguagem Religião, hábitos, costumes, grupos de referência, sexualidade, valores, normas, memória histórica, trabalho	Comprometer-se, integrar-se, enfrentar, tomar decisões, conhecer-se, reconhecer-se, realizar-se, crescer,	Rítmicos sociais, ambientes do cotidiano, ambientes dos quais a pessoa faz parte, estágios de maturação

Liberdade	Autonomia, autoestima, determinação, paixão, assertividade, abertura mental, ousadia, rebeldia, tolerância	Direitos iguais	Discordar, escolher, ser diferente, correr riscos, desenvolver a consciência, comprometer-se, desobedecer	Plasticidade temporal / espacial,
-----------	---	-----------------	--	--------------------------------------

Essa matriz mostra como as necessidades de: Ser, Ter, Fazer e Interagir se relacionam com as necessidades axiológicas de: subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Estes autores afirmam que as necessidades humanas fundamentais são finitas, poucas e classificáveis. São as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos. “Somos uma espécie” e as mudanças que ocorreram no decorrer do tempo e culturas, são formas e meios pelos quais as necessidades são satisfeitas.